



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANO DE ASSIS SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR DE TIMON-MA: DO GRUPO ESCOLAR
AO GINÁSIO BANDEIRANTE (1942-1971)**

TERESINA-PI

2014

CRISTIANO DE ASSIS SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR DE TIMON-MA:
DO GRUPO ESCOLAR AO GINÁSIO BANDEIRANTE (1942-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

TERESINA-PI

2014

CRISTIANO DE ASSIS SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR DE TIMON-MA:
DO GRUPO ESCOLAR AO GINÁSIO BANDEIRANTE (1942-1971)**

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Luis Carlos Sales (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profa. Dra. Salânia Maria Barbosa de Melo (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Profa. Dra. Samara Mendes Araújo (Suplente)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

TERESINA-PI

2014

AGRADECIMENTOS

Expresso inicialmente a minha gratidão a Deus, pai desta criação.

À minha esposa, Professora Teresa Cristina Cardoso de Sousa, por ter feito parte fundamental nesta árdua caminhada de construção da pesquisa; Aos nossos filhos: Iaponira Luiza Sousa Silva, Ícaro Emanuel Sousa Silva, agradeço pelas alegrias possibilitadas durante o deserto que eu atravessei.

A estes agradeço pela compreensão do afastamento de algumas horas diárias, que lhes foram retiradas, sei que ainda é muito cedo para compreenderem as muitas madrugadas em claro que passei, mas sei que compreenderão, quando isso ocorrer assumam o desafio aqui lançado de nos superar no que se refere à titulação, que possam vocês fazerem uso do conhecimento adquirido na escola/ Universidade para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

Ao Instituto de Ensino Superior Múltiplo, na pessoa das Diretoras: Rosilene Gaspar Borges de Melo e Raimunda Lopes dos Santos Monteiro agradeço a todos que fazem parte desta IES e contribuírem significativamente para a realização deste sonho, que ora se faz realidade.

À Professora Raimunda de Carvalho Sousa (Dona Mundoca), pela grata satisfação de me fazer ver Timon a partir da constituição de sua rede escolar.

À Professora Maria Dulce Pinheiro Serra, muito obrigado, te conhecer foi mais um presente de Deus, numa hora de muita ansiedade.

Ao Presidente da Câmara municipal de vereadores, pela permissão de uso do arquivo daquela instituição.

À minha amiga Wanderléia Pereira da Silva, por ter me acolhido na cidade de São Luís, por ocasião da pesquisa.

Meus agradecimentos ao Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão por me receber na cidade de São Luís.

A todos minha eterna gratidão.

À minha família com muito amor.

RESUMO

Esse trabalho resulta de uma investigação na área de História da educação. Nele é analisado: A constituição da rede escolar de Timon- MA: do Grupo Escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971). Tem-se como recorte temporal os anos de 1942 a 1971, justificado em decorrência de que em 1942 era criada a primeira escola, do ponto de vista pedagógico e estético, considerado moderno para os padrões da época, o Grupo Escolar “Urbano Santos” e no ano de 1971, ocorre a reforma na educação nacional brasileira, culminando com a Lei 5692/71. Pesquisa-se aqui a gênese do processo de constituição da rede escolar no município de Timon- MA, as articulações políticas, econômicas de uma sociedade interiorana tendo como marcos a implantação de modelos modernos de escolas, do ponto de vista pedagógico, arquitetônico e sua função na sociedade timonense no recorte temporal de 1942-1971. Este trabalho está baseado nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, seguindo os traços apontados em Barros (2004); Le Goff (2003); Roger Chartier (1990) Peter Burke (1991); Maurice Halbwachs (1990); Catroga (2001), dentre outros. Além destes utilizamos ainda: Azevedo (1976); Nagle (1974); Ribeiro (1992); Lopes (2001); Castro (2009); Mota (2011), Pinheiro (2002). Elegeram-se como categorias analíticas: Grupos escolares; Inovação conservadora; Representações; Cultura Escolar. Estas baseiam-se em: Faria Filho (2000); Sousa (1998); Vidal (2006); Pinheiro (2000); Warde (1985); Chartier (1990); Halbwachs (1990); Catroga (2011); Sousa (2005); Julia (2001). Este trabalho procurou analisar o processo de constituição da rede escolar do município de Timon, por muito silenciado na historiografia educacional maranhense, evidenciando que a constituição da rede escolar de Timon-MA, acompanhou as transformações do município, sendo conduzida numa perspectiva de soluções locais/ regionais, dos pontos de vista pedagógico e financeiro, marcada por contradições, tendo possibilitado aos sujeitos envolvidos nesse processo, experiências escolares significativas e a continuidade de sua escolarização.

Palavras-chave: Educação-História- Maranhão. Educação- História- Timon (MA). História da Educação.

ABSTRACT

This work is the result of an investigation in the area of Educational History. It is analyzed: The constitution of the school network in Timon city in the state of Maranhão: since Grupo Escolar until Ginásio Bandeirante (1942-1971). Based on the years from 1942 to 1971, justified by the fact that in 1942 the first school was set up, according to the pedagogical point of view and the aesthetic one, which was considered modern by the standards of the time, the School called Grupo Escolar Urbano Santos and in 1971, there was a reform to national education, culminating with Law 5692/71. It was searched up here the genesis of the school network formation process in the city of Timon - MA, the political and economic joints of a provincial society taking as benchmark the implementation of modern models of schools, from a pedagogical and architectural perspective according to timonense society in the time frame of 1942-1971. This work is based on theoretical and methodological assumptions of Cultural History, following the lines indicated in Barros (2004); Le Goff (2003); Roger Chartier (1990), Peter Burke (1991); Maurice Halbwachs (1990); Catroga (2001), among others. In addition, we still use: Azevedo (1976); Nagle (1974); Ribeiro (1992); Lopes (2001); Castro (2009); Mota (2011), Pinheiro (2002). It was elected as analytical categories: *Grupo Escolar*; Conservative innovation; representations; school culture. These are based on: Faria Filho (2000); Sousa (1998); Vidal (2006); Pinheiro (2000); Warde (1985); Chartier (1990); Halbwachs (1990); Catroga (2011); Sousa (2005); Julia (2001). This study sought to analyze the school system generation process of the city of Timon, however it was silenced in Maranhão educational historiography, showing that the establishment of the school network of Timon-MA has accompanied the changes in the city, and it is being conducted with a view to local/regional solutions based on points of educational and financial view, characterized by contradictions which made it possible for the subjects involved in this process, significant school experiences and a continued education for them.

Keywords: Maranhense Educational History. Timonense Educational History. EducationalHistory.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2 ENTRE FLORES E TIMON: MUNICÍPIO, ESCOLA E MODERNIZAÇÃO (1942-1971) ...	21
2.1 A situação da educação no município de Flores antes de 1942: da Escola Mista de Flores ao Grupo Escolar Urbano Santos	24
2.2 A cidade e seus signos de modernidade erguidos sob o controle dos coronéis.	42
2.2.1 A construção do templo religioso: Igreja matriz do Padroeiro São José	44
2.2.2 A energia elétrica como um serviço básico.....	47
3 A CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR: DO GRUPO ESCOLAR AO GINÁSIO	51
3.1 A criação do primeiro Grupo Escolar: “Grupo Escolar Urbano Santos”	51
3.2 Instituições filantrópicas como parceiras na constituição de uma rede de escolas primárias no contexto de 1950 em Timon-Ma.....	66
3.3 Criando o segundo Grupo escolar da cidade: O Grupo Escolar Padre Delfino.....	70
3.4 A primeira escola Ginásial: Ginásio Bandeirante de Timon-Ma: Contexto de implantação	80
3.5 Práticas educativas na escola secundária: Ginásio Bandeirante de Timon	87
3.5.1 A obrigatoriedade do exame de admissão como critério para o ingresso ao Ginásio Bandeirante de Timon-Ma: mecanismos de acesso e seleção ao Ginásio	89
3.5.2 Vivenciando o Ginásio e suas práticas escolares cotidianas	92
3.5.3 Festas cívicas, uniformes: A construção do patrimônio cultural material e imaterial dos alunos Bandeirantes	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES	107

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa do Maranhão, ano 1950, destaque para a cidade de Timon-Ma.....	22
Figura 02: Bandeira do Município de Timon-Ma.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Composição da Sociedade Harmonia de Flores.....	25
Quadro 02: A escola Mista de Flores 1918.....	28
Quadro 03: Prefeitos / interventores do município de Flores / Timon – 1930 à 1969	43
Quadro 04: Consumo de Energia elétrica na cidade de Timon-Ma	48
Quadro 05: Pessoal docente e serviços gerais do Grupo Escolar Urbano Santos	57
Quadro 06: Matrícula geral por cada 10 000 habitantes - 1935 a 1955 - Ensino Primário comum - Maranhão (1935-1955).....	61
Quadro 07: Unidades Instaladas	71
Quadro 08: Quadro de pessoal do Grupo Escolar Padre Delfino – 1970	79
Quadro 09: Matrículas do G. E. Padre Delfino ano de 1970 – Vespertino.....	80
Quadro 10: Composição do primeiro Corpo docente do Ginásio Bandeirante de Timon (1968/ 1969).....	86
Quadro 11: Membros da Banca Examinadora de Exame de Admissão G. Bandeirante de Timon-Ma	89
Quadro 12: Quantidade de aulas e dias de trabalho do G. B. de Timon-MA, Maio a Jul. 1968	92
Quadro 13: Alunos que cursaram a 1ª série Ginásial no ano de 1968	93

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Diploma da exposição internacional da independência - Rio de Janeiro de 1922 / 1923	23
Fotografia 02: Primeira edição do Jornal "O Trabalho"	27
Fotografia 03: Planta baixa de um Grupo escolar para o interior do Estado do Maranhão 1921	29
Fotografia 04: Professora Nadir Machado Silva e suas alunas da Escola Agrupada Hildebrando Oliveira – Flores-Ma, 1937.	34
Fotografia 05: Construção da Igreja Matriz de São José – Flores (1940).....	45
Fotografia 06: Usina Elétrica Godofredo Viana - década de 1950.....	48
Fotografia 07: Grupo Escolar Joaquim Santos – Rosário-Ma. Tipo de Grupo a ser construído pelo governo em 1942.....	54
Fotografia 08: Grupo Escolar Urbano Santos - 1957.....	56
Fotografia 09: Instrumental de controle de notas de alunos	64
Fotografia 10: Encerramento das aulas ano 1955.....	69
Fotografia 11: Encerramento das aulas da Escola Beneficente Caixa dos Pobres	70
Fotografia 12: Placa do Grupo Escolar Padre Delfino	72
Fotografia 13: Padre Delfino da Silva Júnior - 1955	74
Fotografia 14: Professoras e alunas do Jardim de Infância Santa Filomena	76
Fotografia 15: Professora do Jardim Santa Filomena, Iracy Barros Tourinho.....	77
Fotografia 16: Docentes do Grupo Escolar Padre Delfino e autoridades locais.....	77
Fotografia 17: Placa de formatura da 1ª turma do Jardim de Infância - 1962.....	78
Fotografia 18: Alunos do Grupo Padre Delfino na área ajardinada da escola	79
Fotografia 19: Resolução 26/68 autoriza Ginásio Bandeirante Timon	83
Fotografia 20: Aula inaugural G. Bandeirante, proferida pelo Prof. Arimathéa Tito Filho.....	84
Fotografia 21: População Timonense acompanha inauguração do Ginásio Bandeirante de Timon	85
Fotografia 22: Aviso do Primeiro Exame de Admissão realizado no G.B. Timon - 1968.....	91
Fotografia 23: Aulas práticas de Técnicas agrícolas G. B. Timon - 1970	95

Fotografia 24: Bolso do uniforme escolar do Ginásio Bandeirante de Timon-Ma	96
Fotografia 25: Desfile cívico de 7 de Setembro – Pelotão Feminino – G. B. Timon-Ma –1971	97
Fotografia 26: Alunas do G.B. Timon, em Desfile Cívico 7 de setembro – Uniforme de gala – 1971	98
Fotografia 27: Desfile Cívico de 7 de Setembro - 1971	99

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse trabalho resulta de uma investigação na área de História da Educação. Nele analisa-se: A constituição da rede escolar de Timon-MA: do Grupo escolar ao Ginásio Bandeirante, 1942-1971 tendo como recorte temporal os anos de 1942 a 1971, justificado em decorrência de que em 1942 foi criada a primeira escola, do ponto de vista pedagógico e estética, considerada moderna para os padrões da época – o Grupo Escolar “Urbano Santos” e no ano de 1968 foi inaugurada a primeira escola de ensino secundário: o “Ginásio Bandeirante, o que pressupõe a consolidação das escolas primárias em Timon- MA. Essas mudanças em educação culminam ainda com a Lei 5692/71, que dentre seus aspectos de mudanças determina a obrigatoriedade do ensino de 1º Grau.

A presente pesquisa mostra-se relevante por colocar como objeto de estudo o processo de constituição de uma rede de escolas e sua interação com um município, timidamente mencionada nos livros de memórias de autores locais e na historiografia educacional maranhense. No caso específico de Timon, destaco três obras de memórias que apontam para a história da Educação: Vila de Flores, de autoria de Venâncio Lula, publicada em 1991; a segunda obra intitulada: Timon, sua história, sua gente, de autoria de Raimunda de Carvalho Sousa, publicação do ano de 2005 e a terceira obra tem como autor, Antônio Luís de Macedo Costa, esta obra tem como título “Zezé Serra: vida e legado de uma guerreira” trata-se de biografia, escrita em 2011, ano de centenário natalício da Professora homenageada: Maria José Pinheiro Serra. Predominam nas obras desses memorialistas, à exceção da obra: “Zezé Serra: vida e obra de uma guerreira”, o processo de sucessão política no poder local; fatos relacionados à história da cidade; movimentos de criação de escolas, além de realizações no campo administrativo, sobretudo no que se refere à modernização do município, realizada por interventores e prefeitos do município de Timon- MA.

Embora estas obras apresentem poucas informações acerca do processo educacional, as tenho como de grande relevância no fazer historiográfico da educação no município de Timon- MA, visto que apresentam elementos norteadores para a reconstituição da história do lócus em estudo.

Essas obras são relevantes lugares de memórias e aqui são tidas como objeto cultural, pois de acordo com Barros (2004, p.80) “um livro é um objeto cultural bem conhecido do nosso tipo de sociedade”. Acrescenta ainda este autor, que a produção dos mesmos, requisita movimentos de práticas culturais e de representações. Somado a estes movimentos pontuados adverte ainda que depois de produzido o livro poderá nos remeter à construção de novas representações e assim tecemos as tramas do passado no campo educacional.

Pesquisa-se aqui, a gênese do processo de constituição da rede escolar no município de Timon- MA, as articulações políticas, econômicas de uma localidade interiorana, tendo como marcos referenciais a implantação de modelos modernos de escolas, do ponto de vista pedagógico e arquitetônico e sua função na sociedade timonense no recorte temporal de 1942-1971.

Diante da peculiaridade deste município e da história de sua rede escolar, buscou-se responder alguns questionamentos na caminhada de construção de interpretações acerca das ações das escolas instaladas na cidade de Timon, os quais procurou-se compreender, a saber:

Que condições (social, econômica, política e cultural) possibilitaram a organização da rede escolar implantada no município de Timon- MA no contexto de 1942 a 1971? Qual (ais) instituição (ões) / sujeitos envolveram- se diretamente no processo de elaboração do discurso de implantação e expansão das escolas em Timon (1942-1971)? Qual a cultura escolar desenvolvida nestas escolas? Estas são algumas das questões que nortearam este trabalho.

Durante a pesquisa, buscou-se responder a estes questionamentos e a outros tantos que emergiram da curiosidade, criatividade, que dispõe o pesquisador para a realização deste trabalho.

Objetivou-se, portanto, com este estudo, compreender o processo de implantação, expansão e consolidação da rede escolar do município de Timon- MA, a partir da implantação de instituições escolares modelares. Adotou-se como marco inicial a criação do Grupo Escolar (G.E) Urbano Santos e como marco final a criação do Ginásio Bandeirante, e o desenvolvimento das práticas escolares nos primeiros anos de funcionamento, no bojo da implantação da Lei 5692/71, analisando os resultados da implantação destas escolas como elemento modernizador do sistema educacional na cidade para a época em estudo.

Com vistas a tornar claros os objetivos desta pesquisa resolve-se listá-los:

Analisar as estruturas: social, econômica, política e cultural que possibilitaram a organização da rede escolar implantada no município de Timon- MA no contexto de 1942 a 1971;

Discutir as instituições / sujeitos que se envolveram diretamente no processo de elaboração do discurso de implantação e expansão das escolas em Timon (1942-1971).

Discutir a cultura escolar desenvolvida nas instituições modelares pesquisadas.

Procurou-se seguir a afirmação de Ribeiro e Warde, de que “[...] a educação só ganha significação quando examinada como parte do processo histórico social”¹ quando damos significados às experiências vividas coletivamente, entrelaçando o vivido/experimentado individualmente e também coletivamente, a partir de lembranças que permitem à construção de narrativas, que favorecem a escrita da História da Educação.

Considera-se relevante a relação estabelecida entre o pesquisador e o objeto da pesquisa² em busca de subsídios para a produção historiográfica, o que oportunizou um diálogo voltado para a presentificação de um passado ausente.

O processo de escolha da temática está fortemente entrelaçada à minha história de vida, quando das muitas viagens que realizávamos, meu pai e eu, conhecendo diariamente sertões e chapadas do Piauí, conhecendo novas cidades, logo sentia um fascínio por tudo que as cidades mostravam e que eu não sabia descrever, nelas os signos da modernidade se faziam presentes. Assim realizava sem saber leituras das paisagens, um procedimento metodológico muito eficaz para a construção de narrativas.

Através das longas conversas que tive com meu pai, eu ia descobrindo o processo de constituição da rede de escolas da minha longínqua Isaias Coelho. Desse modo percebi, que embora ele não tenha tido condições de permanência na escola, atribuía a mesma uma significativa referência, pois como oleiro, mestre artesão ajudou a preparar os tijolos utilizados naquelas construções, participando, literalmente, do processo construção dos primeiros prédios públicos da cidade, tais

¹ WARDE, Mirian Jorge. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. O contexto histórico da inovação educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter E. (coord.) **Inovação Educacional no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1995. p.211-222.

² LOMBARDI, José Claudinei. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Fontes, História e historiografia da educação**. Curitiba: Autores Associados, 2004.

como: Sede da Prefeitura e o primeiro Grupo Escolar do município de Isaías Coelho, denominado: Grupo Escolar Daniel Gomes.

Somada a estas experiências, acrescento ainda as narrativas de minha segunda professora do primeiro grau, a normalista Gabina Mauriz de Moura Costa, que em suas aulas nos contava sua trajetória formativa. Ficávamos todos impressionados, quando a mesma falava de sua aprovação no exame de admissão. A professora falava com muito orgulho também de seu desempenho nas sabatinas. E, entre história e ação, submetíamos-nos às lições de leitura, tabuadas e castigos físicos um intenso movimento de práticas culturais e representações.

Ao concluir o 1º grau em Isaías Coelho, logo se fez presente o dilema, como dar continuidade aos estudos. Resolvida esta parte passei a residir e a estudar na cidade de Picos- PI, residindo apenas por três meses naquela cidade. Uma nova cidade nos aguardava, agora era a capital do Piauí e, nela, as mais modernas escolas e práticas pedagógicas.

Três anos após o desembarque na cidade de Teresina-Pi, a minha família passou a residir na cidade de Timon- MA. Pouco a pouco fui me apropriando do município de Timon e de sua história, passando a compreendê-la, em sua geografia, histórias, ruas enumeradas, becos e travessas, suas escolas e homenageados, para mim ilustres desconhecidos.

Ainda como elemento fundante, está a minha formação em nível superior, graduação em História.

Logo nas primeiras aulas de História da Educação, surgiu a oportunidade de conhecermos uma instituição escolar, denominada Maria do Carmo Neiva, localizada na cidade de Timon. Nesta instituição foi possível observar a escola por dentro, sua dinâmica de funcionamento, suas rotinas. A permanência naquela escola permitiu-nos vivenciar experiências que suscitou o desejo de conhecer mais ainda a rede de escolas de Timon- MA, sua organização didática, administrativa.

Embora não sendo os “palacetes” do saber, estas escolas são requisitadas desde a década de Trinta do século XX, como se pode perceber em diversas edições do Jornal Gazeta de Flores, numa destas matérias, no início da década de trinta do século XX, intitulada, “O maior problema a ser resolvido é a instrução pública”:

a “instrução pública”, é o que expressa a opinião de uma parcela da sociedade de Flores Maranhão, afirmando ser “através da instrução que se alcança o caminho de perfeição infinita que vai a confraternização universal”. (O maior problema a ser resolvido é o da instrução pública. Gazeta de Flores, Ano III, Nº 67, 23/05/1934).

Nesta mesma edição é possível verificar o posicionamento contrário ao sistema de contribuições particulares, conclamando o Estado à criação e manutenção financeira de escolas por todos os cantos do país.

A reconstituição do diálogo estabelecido entre os sujeitos e as instituições escolares na produção de saberes, que aqui faço referência, foi possível através da análise de diversas fontes, preservados em arquivos públicos e escolares, nas cidades de Timon- MA, na capital maranhense, e em Teresina- PI tais como: Biblioteca Odylo Costa Filho; Biblioteca Benedito Leite; Arquivo Público do Estado do Maranhão e, no Piauí, o Arquivo Público do Estado do Piauí. Dentre estas fontes, destacamos: Jornais; relatórios de governo; mapas; Fotografias; Plantas de Grupos escolares; uniformes escolares, boletins escolares, livro de ponto do pessoal docente, fichas de matrículas, relatórios de diretoras, Livro de atas de provas finais, Boletim de Exame de Admissão, Biografias de professoras.

Esta pesquisa baseia-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, que na acepção de Barros (2004, p.55) é “um campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX”. Desse modo a finalidade primeira desta pesquisa é apresentar uma reconstituição / história e memória da educação timonense de meados da década de quarenta do século XX ao início da década de setenta do mesmo século, dada às possibilidades de alargamento dos objetos de pesquisas e suas fontes historiográficas possibilitadas pela História Cultural.

O aporte teórico segue trajetória baseada em: Le Goff (2003); Roger Chartier (1990) Peter Burke (1991); Maurice Halbwachs (1990); Catroga (2001), dentre outros. Além destes destacamos ainda os autores: Azevedo (1976); Nagle (1974); Ribeiro (1992), Lopes (2001); Castro (2009); Mota (2011), Pinheiro (2002).

Deter-me na reconstituição da História da Educação do Maranhão e especificamente a História da Educação de Timon, tem-se mostrado uma necessidade eminente. O município de Timon- MA fez-se território a ser pesquisado,

em razão do silêncio em torno desse lugar e suas práticas culturais, sobretudo no que se refere à educação formal e os seus lugares de memórias.

Tal proposição é confirmada pela leitura da produção escrita no campo da História da Educação no Maranhão, apontada por Diomar das Graças Motta (2011), quando esta considera como pouca a atenção despendida a este campo do conhecimento. A autora destaca assim, que o movimento incipiente de inserção da História da Educação do Maranhão na historiografia da Educação dá-se, em meados da década de 1970.

Juntamente com a pós-graduação *Stricto sensu*, quando da oferta do primeiro curso de Mestrado em Educação, resultante do convênio entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), sediada no estado do Rio de Janeiro.

Observa-se pelo exposto por Motta (2011), que a lacunar situação na produção historiográfica educacional, passa por alterações na medida em que são realizados os primeiros esforços com vistas à superação da fragilidade da época, no campo da História da Educação.

Embora tenha percebido frequentes esforços, a partir da década de 1970, a situação de escassez bibliográfica faz-se ainda de modo acentuado, sobretudo no interior do Estado do Maranhão, que se encontra desassistido de instituições fomentadoras de pesquisa e profissionais da área, ficando esse trabalho atribuído aos textos de memorialistas locais.

Mostra-se de máxima necessidade a ampliação do debate acerca da criação e funcionamento de uma instituição que tenha entre suas atribuições a de preservar as fontes históricas, contribuindo assim para a preservação da história local e a minimização das dificuldades vivenciadas pelos pesquisadores da História Local.

Sendo o propósito principal situar o objeto de estudo numa perspectiva sócio-política, optou-se dentre as categorias de estudo, por **“Grupos escolares”** ancorado nos trabalhos de Faria Filho (2000); Sousa (1998); Vidal (2006); Pinheiro (2000); Lopes (2011), que descrevem os grupos escolares não somente em sua mudança física, mas acima de tudo pelo seu propósito de modernidade pedagógica.

As análises ocorreram a partir da reconstituição do processo de surgimento das transformações e das ações dos sujeitos que atuaram nessas instituições escolares aliando o patrimônio cultural material que ali foi constituído.

Vinculados ao período republicano, os Grupos Escolares se materializam em diferentes estados, imbuídos da ideia de modernização das escolas, configurando-se assim no Brasil um momento de transformações, de diversificação da sociedade ligados à modificação nas relações de trabalho, crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria, início da urbanização, crescimento das camadas médias, aparecimento do proletariado urbano, presença do capital estrangeiro e intensa circulação de novas tendências de pensamento. Assim

Os republicanos buscaram dar a ver a própria república e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular [...] Apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressiva. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p.24-25)

Nóbrega (2003, p.254) numa discussão acerca do modelo institucional apresentado pelos Grupos Escolares, afirma que:

Os grupos escolares podem ser entendidos, de maneira geral, como as primeiras escolas públicas primárias que no Brasil utilizaram-se de uma forma de organização administrativa, programática, metodológica e espacial baseada nas concepções educacionais do tipo 'moderno' – já em uso em algumas escolas particulares à época como a escola Americana de São Paulo – fundadas num ideal de racionalização, pode-se dizer numa economia escolar, dominantes na Europa e nos EUA na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

Ainda do ponto de vista da organização, os grupos escolares, implicavam “uniformização e seriação dos conteúdos, distribuídos racionalmente no tempo de curso, e homogeneização dos grupos de alunos”³.

As considerações feitas por Faria Filho e Vidal (2000) acerca do sentido da criação dos grupos escolares, reforçam a compreensão de que os grupos escolares

³ NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico, IN: DALLABRIDA, Norberto (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Florianópolis, Cidade Futura: 2003, p.253-280.

servirem de vitrine para a República, por se atribuir a este modelo de instituição escolar ideia de modernização.

É possível visualizar nas pesquisas de Faria Filho (1998), uma preocupação desde o início do período republicano ainda no que se refere à necessidade de ambientes modernos de ensino, devendo os grupos escolares se apresentarem, no aspecto físico, como prédios de imponentes construções, obedecendo as normas de higiene necessárias ao convívio de um elevado número de pessoas no mesmo espaço.

Faria Filho (1998), acrescenta ainda, como elemento de sustentação deste sistema, os novos preceitos pedagógicos, somando-se ainda à imponência das construções de alguns destes grupos escolares.

Acrescento a essa análise a afirmação de Pinheiro (2002), de que estas transformações, possuem ritmos e intensidades de acordo com as peculiaridades regionais.

Por isso, entendemos como necessário compreender o ritmo de interiorização dos Grupos escolares no interior do estado do Maranhão, também discutido em Silva (2011).

O conceito de **representações**, aqui utilizado tem base teórica em Chartier (1990), que o define como: “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem”.

Mostrou-se de suma relevância o uso da categoria **cultura escolar** compreendido por Sousa (2000) a partir das perspectivas de Frago e Escolano (2004) e Dominique Juliá (2001). Segundo Sousa (2000) “as duas concepções, não excludentes, põem em destaque o novo olhar que se desloca dos processos externos à escola para a análise dos aspectos internos” (SOUSA, 2000, p.04)

Acrescenta ainda que “é mediante os conteúdos culturais que as instituições educativas realizam as finalidades do ensino e produzem pessoas”, ou melhor, são através dos conteúdos prescritos nas instituições escolares que se pretende moldar o sujeito em um dado momento na sociedade.

A apresentação dos resultados está dividida em três capítulos: O primeiro trata de uma Apresentação; O segundo denominado – **Entre Flores e Timon: Cidade, Escola e modernização: 1942-1971** analisa o contexto socioeconômico;

político e educacional de Timon e as relações tecidas com o restante do Estado do Maranhão, no bojo do discurso de expansão do sistema escolar nacional.

O terceiro capítulo discute **a constituição e expansão da rede escolar, tendo os grupos escolares como modelo de educação**, vinculando à sociedade maranhense e timonense.

2 ENTRE FLORES E TIMON: MUNICÍPIO, ESCOLA E MODERNIZAÇÃO (1942-1971)

O recorte escolhido para este estudo (1942 a 1971) compreende o período de idealização e complexa trajetória de realização de transformações modernizadoras da rede escolar Timonense, que tem como marco inicial o primeiro Grupo Escolar denominado “Urbano Santos” fundado em 1942 e a criação do Grupo Escolar Padre Delfino, no ano de 1958 e como marco final a criação da primeira escola secundária (Ginásio Bandeirante) e seus primeiros anos de funcionamento, simultâneo à reforma da legislação educacional que culminou com a Lei 5692/71.

Embora o recorte temporal em estudo compreenda aos anos de 1942 a 1971, neste capítulo faz-se uma exposição de momentos anteriores e posteriores ao recorte descrito como recurso para a elucidação do problema, de pesquisa, proposto.

Assim, nesse capítulo, são caracterizados os aspectos socioculturais e econômicos, do lugar em estudo, bem como se processava as tramas políticas para a idealização e realização das obras públicas numa cidade do interior do Maranhão ao fim dos anos trinta do século XX.

Conforme Figueiredo (1984 p. 34) “é na ação do homem no tempo e no espaço que se manifesta a cultura”. Assim, torna possível visualizar e registrar como a população, ou parte da população Florense e Timonense, despende em suas práticas diárias, esforços para a criação de instituições escolares, capazes de educar sua gente.

Localizada a 426 km a leste da capital maranhense, na margem esquerda do rio Parnaíba, a cidade Timon- MA tem o seu processo de constituição iniciado ainda no século XVII. Segundo Santos (2007, p.25) isso ocorreu durante as incursões nos sertões empreendidas pelo governo português e pelos donatários, denominadas, “Entradas e Bandeiras”.

Figura 01: Mapa do Maranhão, ano 1950, destaque para a cidade de Timon-Ma



Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Fonte: MARANHÃO-IBGE

Onde hoje localiza-se Timon foram instaladas fazendas de gado, na confluência dos rios Poti e Parnaíba. Segundo Santos (2007) o primeiro foco de povoamento deu-se na Fazenda Gramileira, tornando-se esta promissora, foi posteriormente conhecida como São José das Cajazeiras, recebendo ainda as denominações de São José da Parnaíba; e pelo Decreto nº 50 de 1890 foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Vila de Flores.

No ano de 1895 aquela vila viveu a experiência de estar interligada à capital São Luís-MA, através de uma rede ferroviária, construída pela Companhia de Melhoramentos do Maranhão. O uso desta ferrovia possibilitou a interligação de duas relevantes – do ponto de vista econômico – vias fluviais e regiões: Itapecuru e Parnaíba.

Por ocasião do centenário da independência do Brasil, durante a exposição internacional realizada no Rio de Janeiro, o município de Flores-MA, embora não tenha sido até aquele momento (1922/1923) oficializado como um município foi-lhe conferido diploma alusivo às suas potencialidades econômicas, especialmente as

relacionadas à produção agrícola, como pode ser visualizado na fotografia 01: Arroz, milho, gergelim, algodão, farinha seca, fibras. Acrescentamos a essa lista o coco de babaçu .

Fotografia 01: Diploma da exposição internacional da independência - Rio de Janeiro de 1922 / 1923



Fonte: Arquivo público do estado do Maranhão

Em decorrência da Lei nº 1139 de 10 de Abril de 1924, a Vila de Flores passou à condição de cidade, denominada de Cidade de Flores, tendo essa denominação perdurada até meados de 1943. No que se refere à administração local, Lula (1991, p.18) assegura que:

[...] desde 1891, quando Timon era Flores, até 1930, a administração municipal foi exercida pelos 'intendentes'. Cidadãos probos e de bons costumes, e escolhidos pelos concidadãos e quase sempre ou sempre mesmo, apontados pelo chefe político local, quando este mesmo não era o postulante.

Em decorrência dos desdobramentos organizacionais da política brasileira, impulsionados pelo golpe do Estado Novo, os Estados brasileiros passaram a ser administrados por um Interventor, ficando o Maranhão chefiado pelo Interventor

estadual, Paulo Ramos. Neste íterim, sob protesto de parte da população de Flores, através do Decreto Lei nº 820 de 30 de Dezembro de 1943, esta localidade passava a ser denominada de Timon. A escolha do nome “Timon” é explicada por Santos (2007), como sendo uma homenagem ao poeta e historiador João Lisboa, visto que “Timon” era o nome do Jornal fundado pelo Jornalista João Lisboa em São Luís (MA).

No aspecto econômico, o Maranhão nos anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX são analisados por Sousa (2010), como:

[...] embevecido pela moda das indústrias de beneficiamento de açúcar, arroz, babaçu, entre outros a produção açucareira maranhense contabilizava cerca de 16.100.000 quilos de açúcar, que deu grande impulsão à economia. Em seguida, outros produtos, como principalmente o algodão que chegou a produzir em torno de 200 arrobas e nas décadas de 20 e 30 do século XX, o algodão juntamente com o babaçu direcionaram o importante comércio de exportação do Estado⁴.

Assim a estrutura econômica local possibilita o surgimento do debate em torno da necessidade de transformação escolar e da necessidade de instituições escolares modernizadas para a escolarização da população.

2.1 A situação da educação no município de Flores antes de 1942: da Escola Mista de Flores ao Grupo Escolar Urbano Santos

O levantamento das produções historiográficas realizadas sobre a educação em Timon apresenta como resultado um diverso e esparso acervo de fontes. Os elementos contidos nas obras de Lula (1991), Sousa (2005), Costa (2011), Silva (2011), além das informações do Jornal “O Trabalho”, permitem rastrear a estrutura educacional de Flores/Timon. É esta produção que foi utilizada para descrever a rede escolar no município de Flores, atual Timon- MA, no período anterior a 1942, início do recorte temporal dessa pesquisa.

No alvorecer do século XX, as mudanças na sociedade Florense já se fazem sentir a partir dos moldes de organização em que esta sociedade se apresentava,

⁴ SOUSA, Joana Batista. O poder dos trilhos: a trajetória do trem em Caxias no final do século XIX até a década de 1920. IN: Mello, Salânia; Jordania Pessoa (org.) **Percorrendo bicos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias**. Teresina: Edufpi, 2010, p.215-235.

demonstrando ambições de desenvolvimento e ideais de modernização. A exemplo das novas formas de organizações sociais, citadas anteriormente, destacamos a atuação da Sociedade Harmonia das Flores, instituição de natureza filantrópica de cunho político, que via a educação como principal fator de mudança social.

Inicialmente faz-se uso, para análise nesta pesquisa, das informações encontradas em dois exemplares do jornal, denominado: O trabalho. O Jornal o Trabalho, era o órgão da Sociedade Harmonia das Flores, que tinha em seu expediente a seguinte composição: Redactores: D. Firmina do Amaral Cardoso; José de Moura Costa; Alberto Cícero C. Lima; Revisor: Arthur Cícero Correia Lima – para quem deveriam ser encaminhadas todas as correspondências daquele órgão.

A Sociedade Harmonia das Flores foi criada com o propósito de servir aos mais diversos grupos sociais da Vila de Flores, em distintos setores, dentre os quais se destacava a instrução pública e a formação de opinião, tendo entre seus redatores, dois professores da Vila de Flores: Firmina do Amaral Cardoso e Arthur Cícero Correia Lima.

Do jornal “O Trabalho” utilizo a primeira e a segunda edição, únicas localizadas que se encontram disponibilizadas no acervo da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís- MA.

Segundo o Jornal O Trabalho, em 14 de Março de 1906, a “Sociedade Harmonia das Flores”, era constituída pelos seguintes membros:

Quadro 01: Composição da Sociedade Harmonia das Flores

Nome do Membro	Função Ocupada
Odylo de Moura Costa	Presidente da Assembleia Geral
Joaquim Manoel de Assunção e Silva	1º Vice-Presidente
Francisco Chaves de Assunção e Silva	2º Vice-Presidente
Marcos Pereira de Araújo	Membro do Conselho Administrativo
João Plácido Albuquerque	Membro do Conselho Administrativo
Firmino Gonçalves Pedreira	Membro do Conselho Administrativo
André Martins Ferreira	Membro do Conselho Administrativo
Eugênio de Oliveira Costa	Membro do Conselho Administrativo
Adalberto Cícero Correia Lima	Membro do Conselho Administrativo
Alberto Cícero Correia Lima	Membro do Conselho Administrativo
Avertano Rodrigues de Moraes e Sousa	Membro do Conselho Administrativo
Militão Rodrigues de Vasconcelos	Membro do Conselho Administrativo
Napoleão Coimbra de Alencar	Membro da Comissão Sanitária
Miguel Archanjo de Lima	Membro da Comissão Sanitária
Abílio César de Moura	Membro da Comissão Sanitária

Fonte: ACTA DA INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE HARMONIA DAS FLORES – DA ACLAMAÇÃO DOS SÓCIOS QUE OCUPAM CARGOS ELEGÍVEIS E APOSSE DESTES. **Jornal O Trabalho**. Maranhão, Flores, 28 de Mar. 1906, ano I, N. 1, p.01.

Esta sociedade em seu estatuto determinava a criação de uma revista ou de um jornal que servisse de lócus de produção e circulação de temáticas acerca da “instrução pública, bem estar dos associados e engrandecimentos da Villa”(JORNAL O TRABALHO, ANOI, Nº01 28 DE MARÇO DE 1906). Em decorrência da presença da temática da instrução pública, é que justificamos a análise desse jornal na presente pesquisa.

Das alternativas de formas de divulgação citadas pela Sociedade Harmonia das Flores, esta fez opção, pela criação de um jornal, denominando-o de “O trabalho”. Esse se tornou meio de divulgação dos atos solenes daquela sociedade, composta de associados com lugares sociais e políticos construídos.

A Sociedade Harmonia das Flores foi presidida por Odylo Moura Costa, então Juiz da Vila e genro de um dos mais ilustres coronéis da Vila de Flores, o Coronel Francisco da Rocha Falcão⁵.

O Estatuto da Sociedade Harmonia das Flores, publicado na primeira edição do Jornal “O trabalho”, funcionava como marco regulador de toda a associação inclusive do jornal “O trabalho”.

Do ponto de vista da organização, o jornal estava dividido em: seção de apresentação do programa da associação; pronunciamentos realizados pela direção ocorrida durante as sessões; descrição de expediente; artigos temáticos centrados em dois eixos: direito e moral; Noticiário (onde são intercaladas as notícias nacionais, regionais e internacionais); festividades sociais; pensamentos / reflexões; necrologia. Havendo entre estas duas edições uma única seção que é presente entre as mesmas, que é a seção: Flores.

A confecção gráfica deste jornal ficou a cargo da Typografia do Piauhy, evidenciando o espírito de cooperação e dependência da população Florense, no que se referia ao aparato tecnológico, para com a capital do Piauí.

Os “engrandecimentos” que esse veículo de comunicação local sinalizava em sua primeira edição, um mês após a criação da sociedade mantenedora, são aqui

⁵ De acordo com Sousa (2005) o Coronel Francisco da Rocha Falcão, teria organizado em 1903 a primeira força política oligárquica, predominante na Vila de Flores, tornando-se proprietário de parte significativa das terras que compreendia a Vila de Flores, inclusive um dos mais famosos engenhos ali existente: O Engenho de Flores.

considerados como importantes elementos para a compreensão da história da educação timonense, especialmente os que tratam da instrução.

A compreensão do termo “engrandecimentos”, tida pela Sociedade Harmonia das Flores, é norteadada pela noção de desenvolvimento e progresso pela qual a Vila de Flores passava ou deveria passar, considerando as transformações na educação como símbolo desse engrandecimento da vila de Flores.

O jornal demonstrava a confiança na escola como instituição e em especial, reitera a credibilidade na administração estadual e municipal, por suas ações na educação.

Na primeira edição do jornal O Trabalho, encontra-se a lista de escolas existentes na Vila de Flores no ano de 1906, num total de “duas Escolas: a primeira regida pela normalista D. Firmina do Amaral Cardoso e a segunda regida por Alberto Cícero Correia Lima” (O NOSSO PROGRAMA. Jornal O Trabalho. Maranhão, Flores, 28 de Mar 1906, ano I. N.I).

Fotografia 02: Primeira edição do Jornal “O Trabalho”



Fonte: O nosso programa / Flores. O Trabalho, ano I, Nº 01 28 de março de 1906.

Perceber-se que embora houvesse o desejo de melhorar, a Sociedade Harmonia das Flores, reconhece as ações realizadas pela educação escolar

ofertada na Vila de Flores. Isto é expresso no Jornal O trabalho, em sua primeira edição, especificamente, no trecho a seguir: “A instrução certamente há de melhorar, acontecendo que vem sendo tratada com todo desvelo pelo estado e pelo município”.

Segundo Silva (2011) o período entre 1904 e 1922, no Maranhão, foi de intensa criação de escolas: isoladas; mistas; agrupadas ou reunidas; singulares; rurais.

Até 1918, segundo Silva (2011), no campo educacional, o município de Flores- MA, apresentava características semelhantes aos demais municípios maranhenses, contabilizando, uma escola de regime mista, denominada: Escola Mista de Flores.

Quadro 02: A Escola Mista de Flores 1918

Denominação da escola	Quantidade de alunos matriculados	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Frequência Mínima
Escola Mista de Flôres	43	08	35	20

Fonte: Elaborado pelo pesquisador baseado em Silva (2011)

Dos números apresentados no quadro 02, deve-se destaque o expressivo percentual de meninas matriculas na Escola Mista de Flores.

A população de Flores tinha nessa instituição uma oportunidade para sua escolarização.

Os prédios onde funcionariam os Grupos Escolares do interior do Maranhão foram cuidadosamente planejados, segundo Silva (2011) pela arquiteta Lêda Estelleta, a pedido da Repartição de obras Pública do Estado do Maranhão no ano de 1923. Importa acrescentar que durante a pesquisa encontrou-se, no Arquivo Público do Estado do Maranhão, plantas de Grupos Escolares para o interior do estado, desenhadas por Alexandre Nina, como a que ilustramos na fotografia nº 03.

Fotografia 03: Planta baixa de um Grupo escolar para o interior do Estado do Maranhão 1921



Fonte: Arquivo Público do Estado Maranhão – APEM

Cada espaço criado para estes edifícios escolares eram imbuídos de significação, de uma intencionalidade. A sala da Diretoria ficava em local de destaque, à entrada principal do edifício, possibilitando que todos que ali chegassem fossem percebidos pelo pessoal administrativo.

Composta ainda por três amplas salas de aulas, com diversas janelas, tornando esses espaços arejados, facilitando a circulação de ar, permitindo, aos frequentadores destes ambientes, a convivência em ambiente salubre. A salubridade é ainda representada na presença de banheiros coletivos.

É possível visualizar na planta apresentada anteriormente, que o projeto de construção dos edifícios escolares, se comparados aos prédios edificadas em cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, os do Maranhão são modestos, retratando bem a situação pendular no aspecto financeiro, que o Estado do Maranhão vivia.

Tomando como fonte o Diário Oficial Do Estado do Maranhão, através da publicação de ofícios recebidos pela Diretoria Geral da Instrução Pública, tornou-se possível perceber, o movimento do professorado para o município de Flores, a exemplo de nomeações de professores, realizadas pelo secretário geral do Estado, que nomeia como professora interina a Normalista D. Lucíola Rodrigues, da escola urbana de Flores, através da Portaria nº 71 de fevereiro do ano de 1929, e publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 26 de Abril de 1929.

Além desta, foram nomeadas ainda as professoras: Filomena Rios Cunha⁶, para a escola da localidade Garapa e D. Maria de Jesus Teixeira, para a Escola Rural de Varjota no mesmo município (MARANHÃO, Diário Oficial do Estado do Maranhão, 21 de Mar. de 1929).

A nomeação das professoras para o desempenho das funções docentes, nestas localidades rurais, possibilita perceber os rastros do processo de escolarização de parte da população residente no espaço rural do município de Flores.

Processo esse que se desenrola em difíceis condições materiais, em virtude dos poucos recursos de manutenção das escolas criadas, visto que o auxílio do estado resumia-se ao pagamento do professor (a) nomeado (a) para a função, ficando importantes itens sem serem adquiridos, dentre estes, os materiais didáticos necessários ao aprendizado.

O cotidiano das professoras em localidades rurais é marcante, exercendo os professores o magistério em precárias condições, historicamente vividas na região dos cocais maranhense, caracterizado dentre outros aspectos por: poucos recursos didáticos; escasso mobiliário; salários não atraentes.

Desse modo as novas professoras atuavam nas escolas rurais do município de Flores- MA, localizadas à aproximadamente cinquenta quilômetros a sudeste da sede do município, na região ribeirinha do Rio Parnaíba.

A difícil condição do trabalho docente no município de Flores/ Timon, é descrita por Parentes (2013), em biografia enviada à Câmara de Vereadores de Timon- MA. Nesta vê-se, que a ausência de estradas, que interligasse essas

⁶ Filomena Rios Cunha, uma das proprietárias de terras na Data Santo Antônio, precisamente da localidade Garapa, onde desempenhou a profissão docente e construiu afirmativas representações, tornando-se a **primeira vereadora** do município de Flores, no período de 1937. Tornando sem efeito a informação contida em Sousa (2005), que atribui à Maria Luisa Moura, o título de primeira Vereadora de Timon- MA.

localidades ao centro urbano, tornava essas localidades, de difícil acesso, fato que forçava as jovens professoras a permanecerem de segunda à sexta-feira nas localidades rurais, “vindo à cidade Timon, apenas nos dias de sábado e domingo, ocasião em que realizavam visitas aos parentes e amigos e participavam de piqueniques, uma das atividades preferidas da mocidade da época” (PARENTES, 2013 p.2).

A presença da escola, como instituição importante no processo de desenvolvimento do município, é apontada nas obras de memórias locais dentre as quais destaco a de Lula (1991, p.21) que faz registro da Escola Pés Descalços, criada nos anos iniciais da administração de Urbano Martins⁷, destacando entre as práticas educativas ali desenvolvidas, o ensino de música, pela Professora Maria Virgulina de Almeida⁸, tendo constituído, de acordo com Lula (1991, p.21) uma “Bandinha de música que foi logo apelidada de ‘Marical’⁹.”

O uso das informações obtidas nos livros de memórias da cidade de Timon dão-se no afimco de alargamento de informações, como assegura Faria Filho (2002, p.14) de que “[...] a partir de questões postas pelas práticas quotidianas de professores, alunos e demais agentes escolares, têm permitido uma visão muito mais rica e complexa do fazer-se histórico da escola como instituição social.”

Desta forma consegue-se perceber tomando como base as fontes escritas: biografia e em Sousa (2005), a forte presença da Escola Agrupada Hildebrando Oliveira, na trajetória formativa dos florenses.

Na biografia da Professora Hilda Parentes¹⁰, escrita por Fátima Parentes, visualiza-se a trajetória formativa dessa professora iniciada na cidade de Flores, ainda no ano de 1929, ocasião em que Hilda Parentes foi alfabetizada na Escola Agrupada Hildebrando de Oliveira, em razão também do parentesco entre Hilda

⁷ Urbano Martins administrou o município de Timon-Ma, de 1937 a 1945.

⁸ Maria Virgulina de Almeida, professora da Escola Municipal Pés descalços; também conhecida como Tia Marica; idealizadora da banda de música Marical, da escola Pés descalços.

⁹ O termo Marical, segundo Lula (1991), faz uma referência à Professora Maria Virgulina de Almeida, também conhecida como “Tia Marica”.

¹⁰ Fátima Parentes, numa biografia elaborada a partir da memória familiar, por ocasião de homenagem à sua mãe (Hilda Parentes), idealizada pela Câmara Municipal de Timon, afirma que a Professora Hilda de Oliveira Parente, nasceu em 14 de fevereiro de 1923, no povoado Canudos (Timon), estudou na Escola Agrupada Hildebrando Oliveira em 1929; concluiu o curso primário em 1934 na Escola Modelo Artur Pedreira; ingressa na Escola normal Oficial do Piauí, formando-se professora no ano de 1942. E no ano de 1945 torna-se professora no primeiro Grupo Escolar (G.E) da cidade de Timon, o G.E Urbano Santos.

Parentes e a Professora Maria Virgulina de Almeida como bem descreve Parentes (2013 p.3):

[...] com sete anos de idade foi matriculada para iniciar o curso primário na Escola Agrupada Hildebrando Oliveira, que funcionava na antiga prefeitura de Timon, na Rua Coronel Falcão esquina com a Rua Odilo Costa. Depois de alguns anos, seu pai mobiliou a antiga casa da Rua da Chapada, contratou uma empregada e pediu a sua irmã Maria Virgulina de Almeida, conhecida como Tia Marica (professora primária do município na década de 30) para que tomasse conta de Hilda e de seus irmãos, junto com o primo Afonso Parentes.

Diante dos arranjos materiais criados pelos genitores de Hilda Parentes, verifica-se a partir desta ilustração, o sentido que esta família atribuía à escolarização e o desejo de ter, na mesma, um membro detentor de saberes aprendidos na escola, e com maiores possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Para tanto despendem esforços e assumem compromissos, inclusive financeiros para mantê-la na escola, visto que sua vinculação na escola exigiu-lhes a aquisição de uniformes, materiais didáticos, assistência alimentar, aluguel de imóvel, dentre outras pequenas despesas.

Observa-se a partir da pluralidade das fontes, a trajetória profissional das professoras primárias, em distintos espaços geográficos do município. Embora fossem difíceis as condições de trabalho no espaço urbano, acreditamos ser ainda mais desafiador o trabalho docente nos espaços rurais, em face das precárias condições de trabalho a que estas professoras estavam submetidas.

Martins e Silva (2011) em publicação que tratam da trajetória formativa da Professora Raimunda de Carvalho Sousa (Dona Mundoca) asseguram que em 1936, na Cidade de Flores, havia duas escolas: Escola Agrupada Hildebrando Oliveira e Escola Pés Descalços, e que ambas funcionavam no mesmo prédio: pela manhã ocorria o funcionamento da Escola Agrupada Hildebrando Oliveira, mantido pelo Estado, tendo como professoras as normalistas: Nadir Machado e Rita de Cássia Pires Rêgo. E à noite funcionava a Escola Pés Descalços.

As pesquisas realizadas junto ao Diário Oficial do Estado do Maranhão, do período de 1937 a 1942 em diferentes situações: Nomeações de professores, solicitação de férias, dão-nos, a saber, a denominação para a escola localizada na sede do município de Flores: “Escola Agrupada”. Sendo a denominação Grupo Escolar Urbano Santos, localizada a partir do ano de 1942.

Martins e Silva (2011p.3) percorrendo a trajetória formativa de Dona Mundoca, afirmam que “como sua mãe não queria as filhas ociosas, também as matriculou juntamente com suas irmãs no turno da tarde, uma vez que no mesmo prédio funcionava também uma escola mantida pelo poder municipal, a Escola Municipal ‘Pés Descalços’”. A partir destas informações vimos que espaço D. Mundoca tornou-se aluna das Professoras leigas D. Maria Virgulina de Almeida e de D. Maria José Assunção.

Com base nas narrativas da vida escolar dos tempos de infância de Dona Mundoca, discutido em Martins e Silva (2011p. 09) foi possível perceber o apreço que a mesma tem ao magistério:

[...] na minha vida de criança, meus alunos eram tijolos, eu enfileirava os tijolos na copa lá de casa, a porta da dispensa era o quadro negro e as aulas que eu recebia das minhas professoras pela manhã no colégio, quando era à tarde eu transmitia pra os meus alunos que eram os tijolos, eu dava aulas desde pequena (SOUSA apud MARTINS e SILVA, 2011, p.09).

Martins e Silva (2011 p.09) apontam que as escolas das quais se refere a velha professora, estas eram localizadas à Rua Coronel Falcão, no prédio onde funcionou a Prefeitura Municipal de Flores, no centro da cidade de mesmo nome, hoje Timon- MA. Sobre a localização e funcionamento das instituições públicas em Flores- MA, Sousa (2005, p.36) aponta que:

a prefeitura era instalada na antiga residência da família Falcão Lopes, na Rua Coronel Falcão, onde, também, funcionava a Câmara Municipal, o Tribunal de Júri, O Grupo Escolar Hildebrando Oliveira, no turno matutino. Nos turnos vespertinos e noturnos ali funcionavam ainda, as Escolas municipais ‘Dom Carlos D’ Amour’ e ‘Pés Descalços’ respectivamente.

A exposição feita por Sousa (2005) demonstra a fragilidade da estrutura física da cidade, do ponto de vista da urbanização, colaborando assim para que um único prédio fosse usado para distintos fins.

Importante destacar do trecho de Sousa (2005, p.36) que, no contexto que se refere, a cidade de Flores ainda não tinha um Grupo Escolar, havia apenas a Escola Agrupada. Nesta ocasião o termo Grupo Escolar é usado de maneira inadequada,

visto que um Grupo Escolar é caracterizado pela presença específica de diferentes elementos, que mais adiante discutiremos neste trabalho.

São Martins e Silva (2011) que se lançam a conhecer as memórias do tempo de criança de D. Mundoca, entrecruzando as práticas desenvolvidas na escola com as práticas coletivas desenvolvidas em espaços externos dos prédios escolares, possibilitando-nos a compreensão acerca da cidade de Flores- MA no contexto da década de 1930.

Fotografia 04: Professora Nadir Machado Silva e suas alunas da Escola Agrupada Hildebrando Oliveira – Flores- MA, 1937.



Fonte: Arquivo da Professora Raimunda C. Sousa

O entrecruzamento das memórias individuais e coletivas é percebido quando os autores discutem o cotidiano da escola Agrupada: “Eu tenho um retrato tirado com a professora, no dia da árvore, depois que a gente plantou a árvore, ali onde hoje é a praça era um espaço amplo, onde até jogavam futebol, não era calçada, não era nada” (SOUSA apud MARTINS e SILVA 2011).

Nos jornais encontramos o discurso que apresenta a instrução como um problema a ser resolvido, com vistas ao alcance do desenvolvimento. Assim o Jornal Gazeta de Flores, em longo artigo publicado em Maio de 1934, explicita a preocupação quanto ao persistente problema do analfabetismo no Brasil.

Da instrução é que se irradia luz, força e luta, quanto há de sublime e grandioso para tornar uma nação dinâmica e poderosa. É pela instrução que se alcança o caminho da perfeição infinita que vai a confraternização universal.

[...] ao Estado é que compete desenvolver com eficiência a educação do povo, elevando-o a máxima cultura. (O MAIOR PROBLEMA A SER RESOLVIDO É A INSTRUÇÃO. **Gazeta de Flores**, ano III, 24 de Abril de 1934).

Desta maneira o Jornal *Gazeta de Flores*, colocava em discussão a necessidade de melhoria dos serviços educacionais ofertados no município de Flores- MA, à medida que expressava a importância da escolarização, com a criação de escolas eficientes na cidade e no meio rural.

Nessa perspectiva, destaca-se trechos de um artigo publicado no Jornal *Gazeta de Flores* (1934). Salienta-se que o autor do texto ao estruturar as ideias acerca da leitura e do jornal como meio de comunicação imprescindível, faz referência à publicação norte americana, afirmando:

[...] o homem que sabe ler e não tem um jornal em casa, é como uma pessoa que pode comer e morre de fome. Não leias coisas inúteis e nem peças jornais emprestados a quem quer que seja, porque sendo o jornal o pão, pedi-lo emprestado para ler, é o mesmo que comerem em casa alheia.

[...] um jornal é o amigo que nos visita e ensina muito. A leitura de jornais torna-se indispensável. (“O valor de um jornal”, *Gazeta de Flores*, ano III, Nº 63, 24 de Abril 1934).

Acredita-se que o acesso à leitura de jornais, dentre outras publicações da época tenha permitido, sobretudo aos sujeitos detentores das habilidades de leitura e escrita, a construção de um pensamento onde a educação formal tem um importante lugar, e assim passa a ser reivindicada.

Este mesmo jornal ainda na mesma página, dentre os múltiplos anúncios, inclusive de medicamentos, publicava seus préstimos ao citar: “trabalhos gráficos perfeitos. Executam-se aqui nesta gráfica” (O valor de um jornal. *Gazeta de Flores*, ano III, 24 de Abril de 1934).

Os jornais impressos, importantes meios de comunicação, por todo o século XIX e parte do século XX no Brasil, propagavam o modelo de discurso que se forjava sobre a educação mundo a fora, como bem pode ser visualizado nas ideias proferidas pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, publicadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão, de 18 de Janeiro de 1938, permitindo saber o desejo por parte do governo em intensificar políticas educacionais, iniciadas desde o início de seu governo (1930), em todos os graus de ensino e caracterizando a educação

adequada para o momento, como aquela que permite “a preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator consciente e entusiasta do engrandecimento pátrio” (PROGRAMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Diário Oficial do Estado do Maranhão. Ano XXXIII, nº 14. de 18 de Jan. 1938).

Interessante destacar do discurso do Jornal Gazeta de Flores, a exposição acerca da responsabilidade pelas despesas relativas à instrução, destacando este periódico a responsabilidade do Estado pela manutenção da escola.

Assim o Jornal Gazeta de Flores, assegura que ao Estado, é que compete desenvolver com eficiência a educação do povo, elevando-o à máxima cultura, vejamos:

Institua ao Estado a obrigatoriedade do ensino, espalhe escolas por todos os recantos do país, revogue todas as leis draconianas que asfixiam a instrução com pesadas taxas, extinguindo estas por completo, e teremos solucionado o grande problema que nos envergonha até agora através mais de um século de noção de independência, e que os magnatas se enchem de grande orgulho, chamando-a de civilizada (O maior problema a ser resolvido é o da instrução Gazeta de Flores, ano III, Nº 63 de 24 de Abril de 1934).

Nessa perspectiva, vê-se que é diante das mudanças estruturantes no bojo de um discurso modernizador que a educação ganha acentuado relevo, em virtude do seu papel formador, o que exige um modelo de organização educacional, capaz de superar as condições educacionais a que os municípios estavam submetidos, sobretudo até 1930 do Século XX.

O discurso do Jornal Gazeta de Flores permite perceber a existência na cidade de Flores- MA, de representantes de um pensamento defendido em diversos pontos do Brasil à época, que atribuía à escolarização importante lugar rumo ao desenvolvimento.

Dentro dessa atmosfera de sentidos, as ações da Caravana Nacional da Educação, foram notadas na cidade de Flores- MA, quando o Jornal Gazeta de Flores, publicou mensagens de felicitações pela passagem e atuação da caravana nacional da educação nesta cidade, informando as atividades desenvolvidas pelos “caravaneiros”. A descrição da agenda de atividades desenvolvidas pelos caravaneiros prossegue afirmando, ter ocorrido na cidade de Flores- MA a fundação da Diretoria Regional da Cruzada Nacional da Educação; posse dos respectivos membros, presidida pelo prefeito local Carlindo Andrade, tendo sido “assistido por

vultoso auditório” (CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Jornal Gazeta de Flores. Ano III, nº 67 de 23 Maio de 1934). Apesar dos esforços não localizamos nos arquivos visitados, a composição da Diretoria Regional da Caravana da Educação.

A programação dos caravaneiros, tem continuidade no mesmo dia, na vizinha cidade de Teresina, assegura o Jornal ter ocorrido uma projeção de película sobre as importantes obras da Caravana Nacional da Educação, na maior casa de espetáculos da capital piauiense, o Teatro 4 de Setembro.

Provavelmente a projeção de filme na vizinha cidade de Teresina-Pi, tenha ocorrido devido à carência de espaço físico adequado para tal fim na cidade de Flores- MA.

As informações do jornal Gazeta de Flores representam as marcas deixadas por este movimento, que fundamentado num discurso de mudanças aposta no combate ao analfabetismo, como prática salvacionista do Brasil, que ora se desenhava e que se refletiam dentre outros aspectos no estímulo à criação de escolas e prédios escolares.

Mas apesar da afirmação de Silva (2011), dando a saber, de terem sido autorizadas e criadas nos três primeiros anos do século XX, as instituições escolares (Grupos Escolares) no Maranhão, com a finalidade de prestarem um nível de excelência do saber sistematizado, o que se tem em Timon- MA até o final da década de 1930 são poucas escolas públicas.

Na ocasião registrada através de fotografia nº 05, os alunos e professoras realizaram plantio de uma árvore no logradouro, onde mais tarde recebeu, melhorias do ponto de vista arquitetônico / urbanístico como parte de um projeto de urbanização da cidade, dentre elas a construção do primeiro Grupo Escolar.

Convém ressaltar as contribuições das fontes iconográficas na investigação acerca das instituições escolares e da cultura material construída nestes e para estes espaços educativos, que no olhar de Vidal e Silva (2011, p.33)

As fontes iconográficas também têm angariado relevo na investigação acerca da cultura material. Fotografias, gravuras e desenhos (inclusive infantis) podem trazer elementos para o entendimento dos modos como os artefatos foram sendo introduzidos nas escolas e indicar as formas de apropriação pelos sujeitos em situações escolares.

[...] Fotografias de turmas de alunos, por exemplo, exibem notável similaridade que permanece ao longo do tempo e atravessa distintas fronteiras nacionais [...]

A exemplo das fotografias como fontes iconográficas, percebe-se na fotografia nº 4, que trata de uma turma do 2º ano primário da escola Agrupada Hildebrando Oliveira, nesta é possível visualizar o fardamento feminino adotado naquela escola, constituído de: saia cor escura, provavelmente azul, cor de tecidos adotada nas escolas primárias da época, com tamanho até a altura do joelho; blusa cor clara, provavelmente branca, assim como a cor azul, era a cor branca adotada para a confecção de blusas de fardamento escolar. Tendo a blusa de fardamento escolar como característica as mangas compridas, no bolso da blusa as iniciais “H. O”, indicando o nome do patrono da escola Hildebrando Oliveira; sapatos cor escura; meias cores claras e ainda uma gravata cor escura, com listas em cor clara, o número de listas existentes indicava o ano que o aluno estava cursando, variando entre a quantidade de no mínimo 01 (uma) e no máximo 04 (quatro), que era quantidade de séries que compunha o curso primário elementar.

Na tentativa de conhecer o patrono da escola Agrupada existente em Flores-MA nos anos 1930, encontramos em Lula (1991, p.19) anotações, que faz menção a um sujeito de mesmo nome, pois segundo Lula (1991) quando da ocupação da Vila de Flores por distintos grupos armados: Forças legalistas e os ‘revoltosos’ onde o segundo grupo armado, numa estratégia geográfica teria adentrado a cidade de Flores- MA, objetivando ocupar a vizinha capital piauiense ao listar os integrantes do grupo considerado pelo mesmo de “revoltosos”, cita dentre outros: Luís Carlos Prestes; Juarez Távora; Hildebrando Oliveira, assegurando ainda o memorialista que o Capitão Hildebrando Oliveira seria “sepultado no cemitério São José desta cidade”. O que permite indício de ser este, o patrono da escola de mesmo nome.

Pela reconstituição da rede de escolas, a partir das memórias de Lula (1991); Sousa (2005); Martins e Silva (2011) e no Jornal Gazeta de Flores foi possível perceber que nos anos iniciais da década de 1930, a oferta de escolas era insuficiente, considerando o significativo número de crianças que são levadas por seus familiares à vizinha cidade de Teresina-Pi em busca de uma educação sistematizada como estratégia da população para ter acesso à escolarização.

A escola como instituição organizada do ponto de vista didático e espacial começa a ser visualizada nas ações cotidianas da escola localizada na sede do município de Flores, pois a composição do quadro docente da Escola Agrupada Hildebrando Oliveira, segundo o Diário Oficial do Estado do Maranhão, Ano XXXIII,

nº 22, publicação de 26 de janeiro de 1938, era composta pelas Professoras: Perozê Anna dos Santos e Elenir Carvalho e Silva.

Conforme o Diário Oficial do Estado do Maranhão (Ano XXXIII, nº 22) a composição do corpo docente em situação de “contratados” apontou a existência de uma escola na localidade rural, denominada São Miguel, que era regida por Professor na condição de contratado. Tratava-se da Escola Singular de São Miguel, regida por João Eleutério Lopes.

No contexto nacional a educação é definida como uma instância mediadora do sujeito aos novos tempos que ora se desenhava de modo desafiador, como pode ser verificado no discurso do então Ministro da educação e Saúde, Gustavo Capanema, quando da solenidade do Centenário do Colégio Pedro II:

O nosso tempo, porém é bem diversa, nossa época é dura e trágica. Vivemos numa fase de transição, em que as instituições mais firmes foram abaladas ou destruídas, em que todas as verdades foram postas em dúvida, em que a negação se formula contra o espírito e todas as regalias espirituais. (NOVOS TEMPOS E NOVA POLÍTICA. Diário Oficial do Maranhão, Ano XXXIII, nº 3, 04 de Jan. 1938. p.01).

A década de 1940 tem como ponto central, a Reforma Capanema, vista como um conjunto de leis orgânicas decretadas entre 1942 e 1946 que nortearam diferentes níveis e modalidades de ensino: primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola, durante a gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema.

Nóbrega (2003, p.267) afirma que:

a organização da escola moderna pública, representada no Brasil pelo Grupo Escolar, apoiava-se nos itens seguintes: Prédio Escolar; Móvel Escolar; Material Escolar; Livros Didáticos; Disciplinas; Ensino e Programa. O ordenamento de todos eles garantiria uma escola primária eficaz e de qualidade

No Maranhão esta preocupação é evidenciada nas ações governamentais de organização/sistematização do ensino, visualizadas desde 1938, e que muito lentamente vai ganhando forma, até se configurar como texto de adaptação de Lei Orgânica em 1946 (Decreto Lei nº 1462 de 31 de dezembro de 1946).

É relevante destacar que em 1942, a preocupação do Estado se faz sentir, a partir da elaboração de proposições para a organicidade do Ensino primário, evidenciadas nas mensagens governamentais, do interventor do estado do Maranhão, Paulo Ramos, assegurando ter:

aceito a proposta formulada por aquele diretor [Geral da instrução do Maranhão] e autorizo a pô-la em prática, desde já, a título precário e organizar um anteprojeto de decreto lei consignando as providências apresentadas, anteprojeto que encaminhará ao meu gabinete (DESPACHOS DO DIA 27 DE JANEIRO DE 1942, Diário Oficial do Estado do Maranhão. Ano XXXVII, Nº 21, 29 de Janeiro de 1942).

Na organização da qual trata as autoridades governamentais põe, de maneira destacada, a preferência pelas professoras normalistas no exercício docente destes novos ambientes de ensinar, deixando abertura para a discussão com o departamento das municipalidades, por se tratarem de escolas que, por vezes, estavam sob a administração dos municípios, mas quanto ao uso desta opção nas escolas administradas pelo Estado, isso segundo o documento, já estava resolvido.

Segundo o Diário Oficial do Estado do Maranhão (Ano XXXVII, nº 21 de 29 de Jan.1942) no âmbito da valorização dos sujeitos que diretamente vivenciaram a educação, a proposta de organização, estabeleceu os prêmios, “Getúlio Vargas” e “Darcy Vargas”, aos professores que mais se destacassem nas escolas da capital e do interior, sendo este documento suficientemente minucioso no que tange os critérios para a contemplação dos prêmios de 500\$000 (quinhentos mil reis) cada um, para os professores que se destacassem em prol do ensino.

Pela escolha dos nomes dos prêmios, vê-se forte apelo na construção da memória do casal Vargas (Presidente da República e a Primeira Dama). Aos estudantes, o Estado se comprometia em estimular o bom estudante à bem do preparo da infância e da juventude.

Atribuiu-se ao professorado significativo fazer, no processo formativo dos brasileiros.

É fato que um magistério de elevado padrão de cultura expressa segurança na prática dos métodos e processos de educação, e impõe à sociedade confiança tranquila como resultante da competência apresentada por um selecionado corpo de professores¹¹.

¹¹ MARANHÃO. Interventor Federal, 1942 (Paulo Ramos). **Mensagem ao Diretor Geral da Instrução Pública, Prof. Luís Rego**. São Luís: DOEMA, 1942.

Do magistério era esperado um desenvolvimento de uma cultura organizacional a partir de práticas escolares norteadas por métodos modernos com vistas à formação da sociedade alicerçada na excelente formação e desempenho docente.

Dessa maneira o Estado a partir das resoluções de 1942, buscava realizar uma mudança conceitual no ensino. O Maranhão procurava realizar alterações em sua educação com a progressiva substituição do professorado leigo do interior, por professoras normalistas:

Além de estágios de curso de especialização nos mais adiantados centros culturais do país, a elementos do professorado primário “[...] além de curso de música e orfeão, trabalhos manuais, educação Física, de Jardim de infância, de administração escolar, de testes e escalas, estatística”. (Momento Educacional nº 05. Mensagem do Diretor Geral da Instrução Pública do Maranhão, 1942).

Nesse sentido foi atribuída, aos professores, cuidadosa tarefa de reformular a educação, com vistas à formação de uma sociedade e de um povo brasileiro, possuidores de “formação sadia”, como descrita no discurso de Vargas, assim afirmando: “falando aos mestres numa hora como esta de comunhão patriótica, falo aos responsáveis pela saúde espiritual da nossa mocidade” (Diário Oficial do Maranhão, Ano XXXIII, Nº 3, 04 de Jan. 1938).

Nesta perspectiva surgem os grupos escolares no município da então Flores-MA. No Diário Oficial do Estado Maranhão, ainda no ano de 1942, é criado como organização escolar mais complexa nesta cidade.

A criação dos grupos escolares na cidade de Flores- MA representou para aquela população esperança de escolarização em sua cidade natal e apresentando-se como inovadores, encaminhando a população no mundo das letras, idealizavam mudanças de valores, de representações e de práticas culturais.

Vê-se que no cenário nacional a preocupação com a implantação de um sistema de escolas graduadas, que garantissem a construção da identidade e a elevação do Brasil às condições das nações mais desenvolvidas.

Ao considerarmos as informações apontadas por Reis (2009, p.206), de que os primeiros grupos escolares a surgirem no estado do Maranhão teriam ocorrido em 1903, percebe-se o ritmo de implantação dos grupos escolares em cidades do

interior do Maranhão, especialmente Timon, quando há uma lacuna de 39 (trinta e nove) anos entre o primeiro instalado no Maranhão e a criação do Grupo Escolar Urbano Santos, na cidade de Flores- Ma, atual Timon- MA.

Compreende-se que o processo educacional, ocorrido em Timon- MA, no período de 1942 a 1971, exige uma contextualização numa dinâmica maior das teias e tramas tecidas, em nível local, regional, nacional. Ainda nessa perspectiva é necessário compreender o lugar social destas instituições escolares na construção dos propósitos emanados do Estado e o regime político pós 1930.

2.2 A cidade e seus signos de modernidade erguidos sob o controle dos coronéis.

O quadro referente à urbanização da então cidade de Flores, descrito pelo historiador Santos (2007) remete-nos para a reflexão de que o mesmo autor, apesar de relativizar as compreensões de cidade apresentada em seus estudos, ainda assim, a descreve como uma cidade marcada fortemente pelas deficiências na infra estrutura e no seu sistema de serviços básicos, tais como: água tratada, energia elétrica, calçamentos, comunicação. Acrescenta-se a esta lista, a ausência de escolas modernas no aspecto físico e pedagógico.

Lula (1991) ao descrever a fisionomia da cidade de Flores (Timon- MA), no início da década de trinta do século XX, destaca o fato de que até mesmo a rua em que se localizava o edifício onde funcionava a prefeitura da cidade e o prédio da escola local, era do ponto de vista urbanístico carente de serviços propiciados pelo poder público, o que se faz sentir, quando Lula (1994) afirma que no ano de 1935, o interventor municipal “construiu diversos cordões de empedeamento, enchendo de piçarra os vãos para que a Rua Cel. Falcão que, como todas outras ruas, era cheia de buracos, ficassem planas. No que foi muito aplaudido”.

Convém destacar fragmentos de memórias, quanto ao aspecto urbanístico da cidade existentes nas obras de memorialistas (Lula, 1991; Sousa, 2005), nas atas de sessões da Câmara de vereadores, como também nos projetos de leis, especialmente o Projeto de Lei Municipal nº 71 de 07 de Junho de 1951, que dispõem sobre a organização espacial da cidade, especialmente da área central que compreende o largo da Igreja matriz de São José; onde ao lado deste espaço foi

edificado o prédio do primeiro Grupo Escolar, “G. E. Urbano Santos”; e o logradouro denominado: Praça Saturnino Belo e a Avenida Getúlio Vargas.

De acordo com as narrativas registradas em atas de sessões públicas da câmara de vereadores, foi criada uma comissão para a elaboração do código de postura do município composta pelos seguintes membros: Enoque Monteiro Moura; João Joca de Assunção e João Miguel Budaruiche, ficando o prazo marcado de 15 (quinze) dias para que esses vereadores apresentassem o citado código de postura. (ATA DE SESSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMON. Livro de Ata nº 05, 30 de mar.1948).

Estas informações também são confirmadas nas memórias da administração local, produzidas por Lula (1991), na obra “Vila de Flores”, como podem ser ilustradas em quadro Nº 03 com os nomes dos gestores públicos municipais (interventores e prefeitos). Na obra consultada é possível encontrar informações acerca das realizações administrativas destes interventores e prefeitos municipais no período em estudo:

Quadro 03: Prefeitos / interventores do município de Flôres / Timon – 1930 à 1969

NOME DO PREFEITO/ INTERVENTORES	PERÍODO DE ATUAÇÃO
José Marçal Cavalcante	Dezembro de 1930 à meados 1933
João Cursina Veras	1933 a meados de 1935
Sesostre Sílvio de Moraes Sarmiento	1935 a Março 1937
Coronel Benjamin Marques Monteiro	Março a Novembro de 1937
Coronel Urbano Martins	Novembro de 1937 a 1946
Coronel PM Ulisses Marques	1946
José do Egito Coelho	1946
João Miguel Budaruiche (Jonas Simão)	1946 a 1947
Dr. Jaime de Moura Rios	1947 a 1950
Dr. Francisco Vitorino de Assunção	1951 a 1956
Joaquim Martins Ferreira (YoYô Costa)	1956 a 1960
José Nilton Nunes	1961 a 1966
Napoleão Guimarães	1966 a 1969

Fonte: Dados obtidos a partir da obra Vila de Flores (Lula, 1991)

Num município que não destoa nas características política-organizacional, de parte dos municípios da região dos cocais maranhenses onde, as indicações políticas sobrepõem à competência. Atuar na política é estar diante do processo decisório, postura típica do Coronelismo¹², representado pelas elites proprietárias,

¹² A definição aqui empregada para Coronelismo, está fundamentada em Victor Nunes Leal, em sua Obra: Coronelismo, Enxada e voto. Quando este assegura que, o Coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra, sendo impossível segundo Leal (2012) compreender o fenômeno sem referência à estrutura agrária.

comerciantes e o grupo dos “Doutores”, como ficaria este último segmento conhecido na cidade de Timon.

Tal dinâmica de organização política remete à percepção de ter este município, vivenciado práticas políticas eivadas do pressuposto coronelismo, pois de acordo com Leal (2012) o coronel comanda minuciosamente os “votos de cabrestos”, realizando um processo de personificação, em si mesmo, das instituições sociais, sem substituí-las.

2.2.1 A construção do templo religioso: Igreja matriz do Padroeiro São José

O processo de organização do espaço urbano e da sociedade é refletido também na construção do templo religioso, o que propiciou o alcance do objetivo de, através do trabalho de edificação do prédio, aproximar cada vez mais os habitantes num trabalho coletivo com vistas à criação da Paróquia do Padroeiro São José.

Rastreando a trajetória de construção do templo religioso, Santos (2007), data de 1868 o início do processo de captação de recursos financeiros para a construção do primeiro templo religioso edificado na Vila de Flores. De acordo com Santos (2007) a província do Maranhão, concedeu como auxílio financeiro para a construção do templo religioso a quantia de dois contos de réis.

Na descrição de Santos (2007), o primeiro templo religioso que foi construído teria sido nas imediações da atual Igreja matriz de São José, local onde mais tarde foi construído o primeiro Grupo Escolar da cidade de Flores (atual Avenida Paulo Ramos).

Fotografia 05: Construção da Igreja Matriz de São José – Flores (1940)

Fonte: LACERDA, Elias. Blog do Elias Lacerda. Timon, 15/11/2009. Disponível em: <<http://portalaz.com.br>> acesso em: 28 Dez. 2013.

Santos (2005) afirma que a construção do novo edifício da Igreja matriz da cidade Flores tem seu início ainda na década de trinta, neste período a paróquia, estava sob o comando sacerdotal do Padre Felipe Bogéa. Sendo que o ritmo de construção de modo acelerado ocorreu a partir do final da mesma década quando da atuação sacerdotal do Padre Delfino da Silva Júnior.

Ater-se às experiências vivenciadas pelos florenses / timonenses no processo de constituição / construção dos espaços sagrados, existentes no centro do núcleo urbano, tem permitido destacar dentre os fatos citados pelo Jornal

“Correio de Timon”, edição do ano de Outubro de 1958, que por ocasião da visita do Prefeito Raimundo Martins Ferreira e do Padre Delfino da Silva Júnior¹³, à capital (São Luís), publica no Jornal Imparcial e o jornal Correio de Timon, reproduz texto na íntegra, de matéria intitulada: “Nas sendas do progresso: Timon avança a passos de Gigante”, nesta edição, realiza demonstração de avanços do ponto de vista administrativos, sendo a matéria ilustrada com fotografia de estradas, edifícios público, existentes na sede do município de Timon- MA.

Dentre os edifícios destacados, encontra-se o prédio da Igreja Matriz de São José. O jornal Correio de Timon, atribui ao Padre Delfino da Silva Júnior a autoria da construção do mesmo. Enquanto Santos (2007, p.40), afirma que “ele [Padre Delfino] concluiu a Igreja Matriz de São José, iniciada pelo Padre Bogéa”.

O processo de construção da Igreja Matriz de São José é também evidenciado na obra: Timon, sua terra e sua Gente, de autoria de Sousa (2005), que afirma que esse edifício “possuía um lindo altar mor em estilo gótico, demolido nos anos sessenta em razão das deliberações do Concílio Vaticano II” (Sousa, 2005, p.54). Acrescenta ainda a autora que este edifício durante os anos 1980, passou por duas grandes reformas. Nestas ocasiões foram construídos a Casa Paroquial e o Centro de Pastoral e Catequese, pelo Padre José Marques de Alcobaça.

A criação da Paróquia de São José permitiu o fortalecimento de uma unidade política religiosa na continuidade da construção do edifício sede da matriz de mesmo nome e dos preceitos morais da sociedade católica Timonense.

Considera-se que a divulgação da matéria, sobretudo em diferentes jornais impressos intenciona construir, em diferentes espaços físicos e distintos grupos sociais, a noção de uma cidade de Timon, que alcança símbolos de modernidade, nunca antes alcançados. Ao tempo em que se buscava através de ações midiáticas a construção de imagem de cidade moderna, fazia-se esquecer daquela que seria a maior parte geográfica da cidade, despossuída dos mínimos serviços básicos: sem água; sem energia elétrica; dentre outros.

¹³ De acordo com Lacerda (2009) Nascido na cidade de Pedreiras no Maranhão, Padre Delfino, ordenou-se Padre pelo Seminário Santo Antônio em São Luís; chegando a Timon no final da década de 30; tornou-se forte liderança política uma liderança política que perdurou por mais de trinta anos no poder decisório dos rumos do município de Timon. Indicava e apoiava nomes para disputar as eleições municipais, fazendo-os prefeitos, tornava-os sem poder de decisão. Criador e Presidente da Mutuária Caixa do Pobre. A esfera política administrativa, econômica, educacional, religiosa, cultural, tudo era comandada pelo Padre Delfino.

2.2.2 A energia elétrica como um serviço básico

Acrescenta-se ao cabedal de signos modernos para a cidade de Timon- MA, a energia elétrica, discutida na obra Vila de Flores, por Lula (1991, p.28) como tendo sido articulada no governo municipal de Jaime Rios, entre os anos de 1947 e 1951. Segundo o memorialista este governo teria adquirido da:

América do Norte, por intermédio da Casa Inglesa – Teresina-PI – todo equipamento, inclusive um possante motor de 200hp a óleo diesel. Construiu um prédio para instalar a usina, quem em homenagem àquela [aquele] que elevou Timon à categoria de cidade Godofredo Viana.

Consideramos que a partir da ação de fornecimento da energia elétrica, como um serviço básico, embora restrito a poucos, o governo municipal de Jaime Rios, configura mobilização de esforços para a aproximação dos habitantes da cidade de Timon- MA a um dos mais requisitados avanços vivenciados nas cidades brasileiras na época.

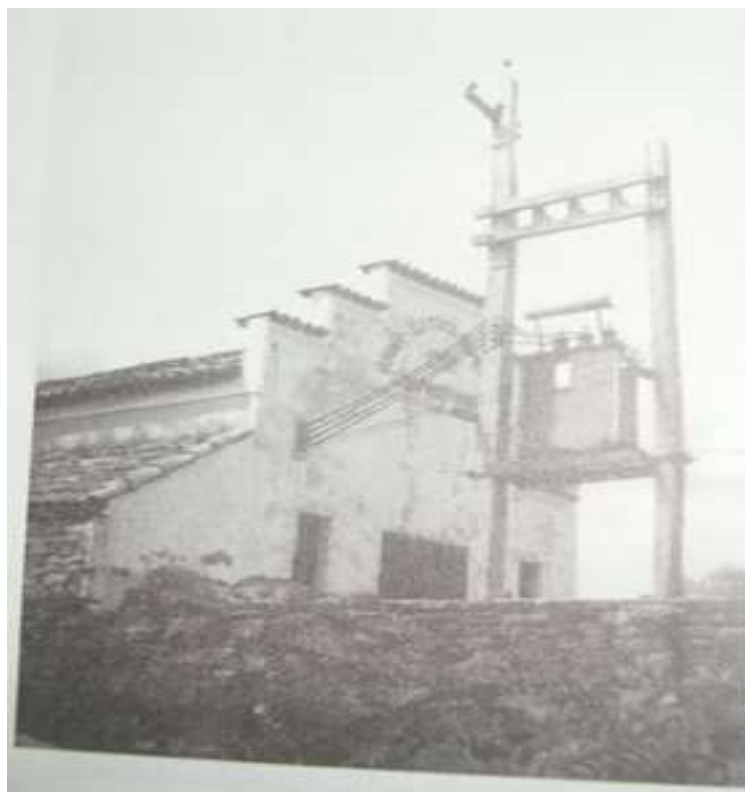
As articulações do poder público local na idealização e realização dos serviços públicos na cidade de Timon, tomada como mote, encaminhou a pesquisa no arquivo da Câmara municipal de Vereadores de Timon.

Verifica-se no acervo documental daquela instituição que, as intenções e ações de melhoramento no fornecimento de energia elétrica como um serviço básico, ficaram registradas através da Lei Municipal nº 91 de 02 de Junho de 1952. Por esta lei o governo municipal ficava autorizado a negociar com o vizinho estado do Piauí, o fornecimento de energia elétrica para uso de particulares e indústrias, o que foi utilizada pelo primeiro dos segmentos socioeconômicos citados, dada a escassez do setor industrial no contexto em discussão.

A situação de restrição do uso da energia elétrica é discutida por Santos (2007 p.47). Este autor afirma que [...] “essa ‘modernidade’ ficou durante muitos anos restrita a uma parte da população residente no centro da cidade. A expansão do sistema de energia elétrica aos bairros periféricos ocorreu de forma lenta a partir do final da década de 1970”, assim, o citado historiador, como habitante da cidade relativiza a noção do uso deste serviço, em face dos custos requisitados aos cofres públicos e também ao usuário interessado em tal serviço.

Como ilustração da estrutura presente à época da parceria do fornecimento entre o Estado do Piauí e o município de Timon, utilizamos a fotografia nº 06.

Fotografia 06: Usina Elétrica Godofredo Viana - década de 1950



Fonte: Raimunda de Carvalho Sousa

De acordo com a enciclopédia dos municípios - IBGE, anuário de 1959, até o ano de 1956, havia apenas 256 ligações de energia elétrica na cidade. Destaca-se o fato de que a energia elétrica utilizada em Timon, até meados da década de 1950, era fornecida pela vizinha cidade de Teresina-PI.

Quadro 04: Consumo de Energia elétrica na cidade de Timon-MA

ANO	CONSUMO DE ENERGIA EM KW / Fins		
	Particulares	Público	Industrial
1956	72 000	4 320	12 324

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros, Ano 1959. IBGE

No contexto de inauguração da energia elétrica no que se referem aos aspectos econômicos, os dados obtidos na Enciclopédia dos municípios apontam que as atividades relacionadas à extração da amêndoa do babaçu e da cera de carnaúba, era a base de sustentação do município, sendo parte das amêndoas de

babaçu levadas para a produção de óleo na sede do município e parte exportada para as cidades piauienses de Teresina e Parnaíba.

Conforme a Enciclopédia dos municípios brasileiros, Timon- MA exportou em 1956, quinhentas toneladas de amêndoas de coco babaçu, equivalente a 4 milhões de cruzeiros.

Compreende-se que embora se tenha uma atividade econômica, que possibilitara trabalho às famílias e que também garantiu uma renda, necessário se faz, repensar que esta cifra que o município recebera, ainda era pequena, posto que a atividade desenvolveu-se apenas na perspectiva do setor primário, extrativismo, onde os trabalhadores locais tiveram participação mínima no processo de beneficiamento dos lucros.

Quase duas décadas depois as atividades extrativistas do coco babaçu, inspiraram a idealizadora da bandeira deste município, Professora Raimunda de Carvalho Sousa (Dona Mundoca):

Figura 02: Bandeira do Município de Timon-Ma



Fonte: Sousa (2005 p.61)

A Bandeira municipal de Timon- MA, foi criada oficialmente pela Lei Municipal nº 460, de 20 de Junho de 1972. Segundo a idealizadora da bandeira de Timon, esta é:

Configurada por um retângulo branco, a cor da paz- desejo permanente em nossos corações. Ao centro deste retângulo está um cacho de côco babaçu, de cor marrom acinzentado, entre duas palhas verdes da palmeira do babaçu entrelaçadas, representando nossa maior riqueza; a união dos municípios e a esperança que aponta para o desejo de um grande futuro para a nossa terra (SOUSA, 2005 p.61).

Lançando-se à análise quanto às justificativas pela escolha de tais elementos para simbolizar o município, percebemos o esforço realizado pela autora da bandeira em evocar práticas econômicas fortemente desenvolvidas neste município em décadas anteriores ao momento de criação da bandeira, contribuindo assim para construção de uma identidade local.

3 A CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR: DO GRUPO ESCOLAR AO GINÁSIO

3.1 A criação do primeiro Grupo Escolar: “Grupo Escolar Urbano Santos”

Rastrear a estruturação das instituições escolares: Grupos Escolares: Urbano Santos, Padre Delfino e o Ginásio Bandeirantes, dentre outras instituições escolares municipais e seus papéis formadores, torna-se o nosso desafio num momento em que buscamos contribuir para a construção da memória da cidade e seus cidadãos, no propósito de “combate contra o esquecimento” (CATROGA, 2001, p.40). Considerando-se que lembrar e esquecer são dimensões pertinentes à memória, segundo Nora (1997) “para lembrar é preciso esquecer”.

Nessa caminhada metodológica, consideram-se como de suma importância os esforços realizados no campo da pesquisa histórica da educação:

[...] nas três últimas décadas, por um intenso processo de renovação teórico e metodológico, impulsionado pelo esforço de superação de uma historiografia que, em uma de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos e legais, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção da vida social. (GATTI JÚNIOR, 2002, p.16)

Dessa forma as mudanças teóricas e metodológicas ocorridas na historiografia, colocaram novas formas de perceber e fazer a história das instituições escolares, dando visibilidade a aspectos antes não discutidos. Figuram diversos aspectos na análise dos historiadores da educação, de acordo com Gatti Júnior (2007) que estudam as instituições escolares,

A configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos; os destinos profissionais e pessoais dos alunos, as formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, etc. (GATTI JÚNIOR, 2007, p.16)

Nesta mesma perspectiva, Magalhães (2007, p.89), afirma que:

A instituição escolar está alicerçada em tríplice estrutura ou dimensão: física – o prédio, seus espaços físicos, a sua configuração e a sua preocupação permitem a ler a estrutura pedagógica que está em jogo; administrativa: envolvendo a estrutura pedagógica e didática, áreas de direção e de gestão com seus atores: professores, alunos e funcionários em interação; sociocultural, de produção e transmissão de cultura, de saberes e de formação, ou seja, conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar.

Partindo dessas orientações metodológicas, buscou-se compreender as especificidades destas instituições escolares à sociedade da época em estudo entrelaçando o local, o regional e o nacional.

Segundo Silva (2011), o Estado do Maranhão até o início do século XX, precisamente 1903, ainda não possuía seus grupos escolares funcionando na capital, São Luís e por todo o interior haviam apenas escolas isoladas, muito embora tenha nesse estado defensores da implantação dos grupos escolares, dentre estes a autora, destaca a ação de Benedito Leite desde 1896.

Silva (2011) afirma que a implantação dos Grupos Escolares no Maranhão se dá em dois momentos/fases: A primeira fase: compreendendo os anos de 1903-1912 e a segunda fase tendo ocorrido de 1920 a 1970. Desse modo o período do surgimento dos primeiros grupos escolares na cidade de Flores, figura na fase considerada pela autora como sendo, a segunda fase desse processo, em busca da efetivação do modelo educacional caracterizado pelos grupos escolares.

Qual a especificidade do modelo organizacional representado pelos grupos escolares? Segundo Sousa (2006) o Grupo Escolar.

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos (SOUZA, 2006, p.35).

Segundo Pinheiro (2002, p.124-5) “este novo tipo de instituição escolar surgiu no Estado de São Paulo em 1894, criado pelo Decreto nº 248, 26 de Julho, no transcorrer da segunda fase da reforma de Instrução Paulista”. Portanto os Grupos Escolares, de acordo com Pinheiro (2002, p.147), “marcaram a nova feição urbana

em pleno processo de mudança e serviram, por conseguinte, para embelezar a cidade e dar-lhe um ar de modernidade”.

Os Grupos Escolares se caracterizaram, segundo Sousa (2004, p.114), por:

[...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (SOUZA, 2004, p.114)

De acordo com Silva (2011) a partir de 1920, o processo de interiorização dos Grupos Escolares, no Maranhão tornava-se frequentemente prometido e aguardado pelos munícipes.

No município de Timon esse desdobramento dá-se com a criação do Grupo Escolar Urbano Santos, pautado no Decreto Lei nº 564 de 31 de Dezembro de 1941, que dispõe sobre a criação de novas escolas primárias no interior do Estado e verbas orçamentárias para o ano de 1942 (MARANHÃO. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Decreto-Lei nº 564 de 31 de Dez. 1942)

O Grupo Escolar Urbano Santos, como atesta o Diário Oficial do Estado do Maranhão, foi instalado em 15 de Abril de 1942 (MARANHÃO. Diário Oficial do estado do Maranhão, Ano XXXVII, Nº 76 de 15 de Abril de 1942). Este ato ocorreu durante a semana organizada pelo Estado do Maranhão, em decorrência das comemorações do aniversário natalício do Presidente da República, Getúlio Vargas.

Pelo que foi especificado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, publicação de 04 de Abril de 1942, no que se refere às comemorações do aniversário do Presidente da República, Getúlio Vargas, vê-se que na mesma data em que se implantava o Grupo Escolar em Flores, em outros cinco municípios maranhenses eram implantados também Grupos Escolares, enquanto moderna forma de organização escolar: Araiozes; Bacabal; Balsas; Carolina; São João dos Patos.

A instalação do Grupo Escolar em Flores representou uma aproximação maior do município de Flores aos signos modernos da cultura escolar.

O Grupo Escolar “Urbano Santos” funcionou desde sua implantação, no início do ano letivo de 1942, até o término do ano letivo de 1950, no velho prédio onde também funcionava a sede da prefeitura municipal de Flores, localizado à Rua Coronel Falcão no centro da cidade de Flores.

Em exposição feita em relatório pelo interventor do Maranhão, Paulo Ramos ao Presidente da República, Getúlio Vargas no ano de 1942, sobre a educação, afirma a precariedade dos investimentos em educação, pois segundo o mesmo:

O que nos últimos anos tem este governo realizado no setor do ensino não é, de certo, algo que impressione pela suntuosidade das suas linhas, mas representa indiscutivelmente tudo quanto se poderia fazer dentro dos apertados limites dos recursos do tesouro. (Relatório de Governo, Interventor Maranhão - 1942)

Assim, o referido relatório (1942) traz ainda, o modelo de edifício de Grupos Escolares que deveriam ser construídos pelo Estado, em número de seis por ano nas sedes dos municípios maranhenses. Na fotografia 07 pode ser observado o modelo estético proposto para os edifícios que embelezariam as sedes dos municípios maranhenses.

Fotografia 07: Grupo Escolar Joaquim Santos – Rosário- MA. Tipo de Grupo a ser construído pelo governo em 1942



Fonte: Relatório do interventor do Maranhão Paulo Ramos 1942

O relatório do interventor Paulo Ramos, de 1942, faz saber que já havia sido autorizada pela administração pública estadual do Maranhão, ainda no ano de 1941 a construção do Grupo Escolar da sede de Flores, que muito mais tarde viria ser denominado de Grupo Escolar Urbano Santos. Neste mesmo documento o interventor estadual assegurava ter determinado a construção de prédios dos grupos escolares no município de Flores; Grajaú e Coelho Neto.

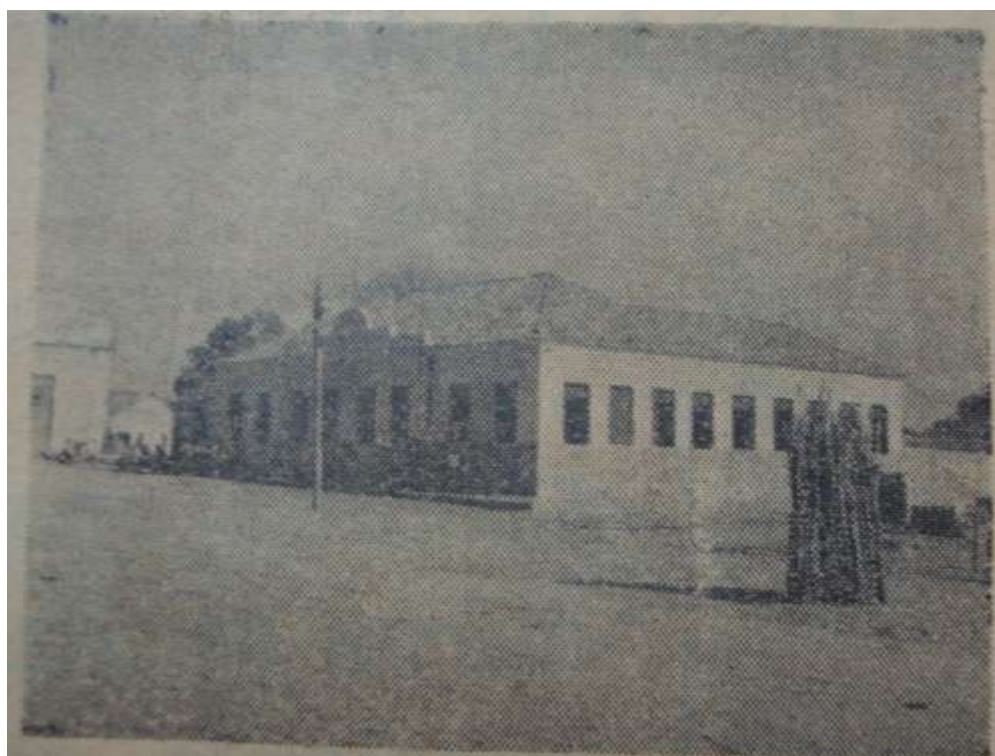
Embora determinada para ser construído, o timonense teve que aguardar o desenrolar de um processo desgastante para todos, até que se desse o funcionamento mínimo do primeiro grupo escolar, que teve suas primeiras paredes construídas ainda no governo do interventor municipal Urbano Martins¹⁴, entre os anos de 1938 a 1945.

A fotografia nº 07 aparece no corpo do trabalho com fins ilustrativos do modelo de prédios onde funcionaram os Grupos Escolares, também no interior do Maranhão.

¹⁴ O coronel Urbano de Sousa Martins, vindo da capital São Luís, passou à residir em Flores desde criança; Sucedido comerciante, durante o Estado Novo, nos anos de interventoria estadual no Maranhão, exercida por Paulo Ramos (1938-1945), torna-se interventor municipal de Flores/Timon, por igual período. Foi durante sua gestão, no ano de 1943 em que ocorreu a mudança do nome da cidade, de Flores para Timon.

O edifício do primeiro Grupo Escolar construído em Timon, o G. E. Urbano Santos possuía estrutura física inicial idênticas à apresentada na Fotografia 07, sobretudo quanto à Fachada com arco e brasão do Estado do Maranhão e as janelas com vistas para a rua) que chegou a existir no Grupo Escolar Urbano Santos, como reforça a fotografia 08:

Fotografia 08: Grupo Escolar Urbano Santos - 1957



Fonte: Jornal Correio de Timon, 19/10/ 1957

Compreendemos que a presença de símbolo (s) brasão; placas de homenagens; quadro do presidente / governador, permite o fortalecimento da memória do Estado e demonstração de poder.

Acrescentamos a estas análises que a forma de organização espacial, como definida em Frago e Escolano (2004) remete à subjetividade, intencionalidade contida na criação de cada ambiente das escolas, permitindo-nos a perceber a existência de conexões entre o que se ensina e as edificações dos prédios escolares.

É no ano de 1942, que se têm notícias, no Diário Oficial do Estado do Maranhão (publicação de 18/02/1942) do uso da denominação “Grupo Escolar Urbano Santos” na cidade Flores- MA. Esse jornal afirma que nesta cidade o grupo escolar, possuía em seu quadro de pessoal docente, cinco professoras, uma destas ocupando a função de Diretora, e ainda uma zeladora.

Quadro 05: Pessoal docente e serviços gerais do Grupo Escolar Urbano Santos

Ordem	Nome	Função	Formação	Situação trabalhista
01	Francisca Gasparinha e Silva	Diretora	Normalista	Efetiva
02	Helenir de Carvalho e Silva	Professora	Normalista	Efetiva
03	Dayse Guimarães Costa	Professora	Normalista	Efetiva
04	Maria de Nazaré da Silva Gomes	Professora	Normalista	Contratada
05	Estela Barbosa	Professora	Normalista	Contratada
06	Ana Joaquina de Araújo	Zeladora	N.E ¹⁵	Contratada

Fonte: Elaborado pelo pesquisador 2014, baseado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Ano XXXVII, nº 41.

Num Programa elaborado em 1942 para os Grupos Escolares no Maranhão, por uma equipe designada para este fim e sob a supervisão do Diretor Geral da Instrução Pública no Maranhão, Prof. Luiz Rego, divulgado aos Diretores destes estabelecimentos de ensino, considera-se um Grupo Escolar, o “Curso primário completo, elementar, fundamental e complementar (1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos) de 4 (quatro) horas de trabalho” (MARANHÃO. Diretor Geral da Instrução Pública. Mensagem. São Luís: Maranhão, 30 de março de 1942 p. 12) Além disso, para este

¹⁵ NE: Não foi encontrada a formação / titulação da Zeladora Ana Joaquina de Araújo.

modelo de instituição escolar, o mesmo regulamento delimitava, para o funcionamento do Grupo Escolar, a quantidade de cinco normalistas.

Tomando como referência o normativo especificado no Programa elaborado para os Grupos Escolares, divulgado aos diretores, a caracterização de um Grupo Escolar, passava também pela quantidade e titulação do professorado, quesito atendido no ano de 1942, conforme é apresentado no quadro 05, deste trabalho.

Nas memórias (biografia) de uma das ex-diretoras do Grupo Escolar Urbano Santos, a Professora Hilda Parentes, é apontado que a mesma foi convidada pelo Intendente municipal, Coronel Urbano Santos, para fazer parte do quadro docente do Grupo Escolar, recém construído. Tendo sido nomeada interinamente em 26 de Agosto de 1945, sendo efetivada no dia 02 de Janeiro de 1947, ato assinado pelo Governador Saturnino Belo.

As memórias citadas na biografia da Professora Hilda Parentes, tornam aparente o entrelaçamento da memória individual da professora, seu desenvolvimento profissional e a construção da memória da cidade, indicando a forma de ingresso ao magistério no recorte temporal de 1945, no interior do Maranhão, tendo-se como via de regra a articulação com o chefe político local.

A partir do cruzamento das informações contidas em diversas publicações do Diário Oficial do Estado do Maranhão, é possível assegurar que foram diretoras deste grupo escolar, no período de 1942 a 1970, as professoras: Francisca Gasparinha da Silva, Nely de Mesquita Moraes; Conceição de Maria Lima Nunes; Maria José Pinheiro Serra; Marize Silva Lima Gomes; Hilda Parentes.

O ingresso na função de diretora era uma indicação político partidária, permanecendo as diretoras no cargo até quando as articulações político partidárias, na esfera estadual e municipal assim entendessem.

Essa condição acima explicitada é analisada em Leal (2012, p.64), quando este assegura:

Os próprios funcionários estaduais que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores de ensino primário, servidores de saúde pública, etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe.

O grupo Escolar como instituição vinculada ao poder público estatal da época, torna-se objeto de disputas políticas locais e estaduais, e isso pode ser explicitado na complexa trama tecida para a conclusão do prédio, sobretudo no que se refere aos recursos financeiros que custearam a construção do prédio e a maneira como esses grupos políticos acusavam-se e defendiam-se das denúncias de não aplicação dos mesmos no fim que se destinava: a construção do Grupo Escolar Urbano Santos. Como o que é explicitado em Ata de sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Timon, datada de 30 de Março de 1948.

Percebe-se pela ata de sessão da Câmara de vereadores do dia 30 de Março de 1948, acusação feita pelo Vereador Adail Raulino ao Vereador João Miguel Budaruiche, “que o povo desta cidade continuava injuriado com a pessoa do mesmo vereador, por que havia custado mil cruzeiros cada metro de parede do Grupo Escolar desta cidade” [...] (TIMON, ATA DA CÂMARA MUNICIPAL. Sessão de 30. Mar.1948).

Na investigação junto ao Diário Oficial do Estado do Maranhão, foi possível localizar entre os anos de 1943 e 1953, a existência de (04) quatro concessões de recursos financeiros do governo estadual ao governo municipal de Timon, a seguir:

- Lei nº 743 de 18 de Março de 1943, abre crédito especial para atender a despesas com construção de Grupos escolares no interior do Estado;
- Lei nº 92 de 19/04/1948, autoriza o poder público executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), ao município de Timon, para a conclusão do Grupo Escolar da sede do município;
- Lei nº 481 de 30/12/1950, autoriza o poder executivo a conceder ao município de Timon, um auxílio de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para a conclusão do Grupo Escolar de Timon;
- Lei nº 925 de 30/07/1953, abre crédito especial para a conclusão das obras do Grupo Escolar Urbano Santos da cidade de Timon.

É importante lembrar que os textos das Leis: 743/1943 e 925/1953, não especificam os valores concedidos pelas mesmas ao fim que se destinam.

As concessões de créditos para a construção do prédio escolar do Grupo Escolar Urbano Santos possibilitou uma intensa polêmica na imprensa local, permitindo a percepção de conflitos e a busca de legitimação de dois grupos políticos partidários: os remanescentes do Grupo de Odylo Costa e aliados do Padre Delfino.

Com referência às representações acerca da cidade de Timon, no contexto de 1949, e precisamente do que trata ao Grupo Escolar, destaca-se um trecho de matéria publicada no jornal “O Piauí”, de 1949 que caracteriza a cidade pelas instituições públicas e seus representantes, existente na época, e em lugar de destaque encontra-se o Grupo Escolar da cidade, na mesma lista em que é também citada: a Comarca de 2ª **entrância** Cartórios; Delegacia do Tesouro do Estado; Telégrafo; Agência dos Correios; Promotor e Juiz de Direito.

O redator da matéria faz duras críticas ao governo local (timonense) e a seus aliados, principalmente ao maior deles, o então Deputado Vicente Celestino¹⁶, por fazer uso constante do microfone da Rádio amplificadora Voz de São José, de propriedade da Igreja matriz de São José, como espaço de reforço de poder político, com promessa de obtenção de recursos financeiros para o município Timon- MA. Discurso contestado pelo redator da matéria que, na mesma ocasião, faz denúncia de desvio de recurso.

Referente ao que foi concedido pela Lei nº 92 de 19/04/1948, o jornal expressa insatisfações, sentimento de descrédito, em relação ao grupo do Padre Delfino, como ilustra o trecho seguinte:

[...] ainda estamos no regime da força, representando nossa carta magna, apenas uma papelaria para inglez ver. Resultado positivo de todos os benefícios proclamados - Cr\$ 70.000,00 prometidos há mais de dois anos para a conclusão do Grupo Escolar, que para aqui foram remetidos tomaram destino diverso, continuando a construção, do mesmo estado em que lhe deixou o ex-prefeito João Miguel Budaruíche, atualmente servindo de dormitório de porcos e cabras, e também para funcionamento de jogos de azar, durante os festejos religiosos [...] (“NOTÍCIAS DE TIMON”, Jornal O Piauí, ano LIX, de 11 de Junho 1949)

Diante das situações expostas considera-se que as manifestações de insatisfações quanto à dinâmica de organização da política administrativa em Timon, deve-se a lentidão no ritmo de conclusão da obra do prédio do Grupo Escolar Urbano Santos, cuja obra foi iniciada ainda na administração do Coronel Urbano Martins, em 1938, e até a data de publicação da matéria (1949), não haviam sido concluídas, para que pudesse haver uma prestação de serviço condigno com o esperado padrão de uma instituição escolar aos moldes de um Grupo Escolar.

¹⁶ Vicente Celestino da Silva, irmão do Padre Delfino. Ex-industrial da cidade de Codó-Ma; tornou-se Deputado estadual do maranhão tendo o município de Timon como um de seus currais eleitorais.

Segundo o Jornal O Correio de Timon, o prédio do Grupo Escolar Urbano Santos, no ano de 1957, “que se achava em completa decadência” (TIMON AVANÇA A PASSOS DE GIGANTE. **Correio de Timon**. Ano I. nº 21) passou por uma reforma realizada pela administração pública municipal, gestão de Joaquim Martins Ferreira.

Até o início da década de 1960, a hoje Avenida Paulo Ramos e o largo da Praça São José onde o prédio do primeiro Grupo Escolar foi edificado, possuía acanhados traços urbanísticos. É nesse mesmo logradouro que residia, segundo Santos (2007) as famílias ricas economicamente, onde também ocorriam movimentados festejos de São José e Santo Antônio promovidos pela Igreja Matriz de São José.

Sobre o número de alunos matriculados no Ensino Primário no Estado do Maranhão, no período de véspera de instalação dos grupos escolares, é relevante ressaltar que a conclamação por novas escolas é justificada pelos ínfimos números de sujeitos matriculados apresentados no anuário Estatístico do IBGE de 1954, reforçando assim a noção de necessidade de criação destas escolas em face da demanda existente, que no caso específico de Timon- MA, tem como estratégia de acesso à escolarização o sistema educacional de Teresina-PI.

Quadro 06: Matrícula geral por cada 10 000 habitantes - 1935 a 1955 - Ensino Primário comum - Maranhão (1935-1955)

MATRÍCULA GERAL POR 10 000 HABITANTES DE 1935 A 1955	
ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM	
ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS
1935	700
1940	800
1945	780
1950	1000
1955	900

Fonte: BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil, 1954. Rio de Janeiro: IBGE, v.15,1954.

A apresentação dos números permite perceber que ao término do período (1935-1955) ocorreu um acréscimo significativo de matrículas no Ensino Primário no estado do Maranhão, o que pode ser atribuído à difusão de uma escola necessária

ao desenvolvimento do estado e marcada por uma sistematização de modo cada vez mais frequente do ponto de vista da legislação.

Assim, em conformidade com o artigo 2º da Adaptação das Leis Orgânicas do Ensino primário e Ensino Normal de 1946 no Maranhão, o Ensino primário compreendia as seguintes categorias:

A) O ensino primário fundamental destinado às crianças de sete a doze anos;

B) O ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos;

De acordo com os artigos 5º e 6º da Adaptação das Leis Orgânicas do ensino Primário e ensino Normal, o Curso primário Elementar deveria ser feito em 04 (quatro) anos e compreenderia:

- I) Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) Iniciação matemática;
- III) Geografia e História do Brasil;
- IV) Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;
- V) Desenho e trabalho manuais;
- VI) Canto orfeônico;
- VII) Educação Física;

Enquanto que o Curso primário complementar deveria ser realizado em 01 (um) ano, compreendendo o seguinte grupo de disciplinas e atividades educativas:

- I) Leitura e linguagem oral e escrita;
- II) Aritmética e Geometria;
- III) Geografia e História do Brasil, noções de Geografia Geral e história da América;
- IV) Ciências naturais e higiene;
- V) Conhecimento das atividades econômicas da região;
- VI) Desenho, trabalhos manuais e práticas educativas referente às atividades econômicas da região;
- VII) Canto Orfeônico;
- VIII) Educação Física.

(MARANHÃO, Decreto-Lei. 1462 de 31 Dez. 1946 p. 8)

A adaptação à Lei Orgânica do Ensino Primário e Ensino Normal atribuiu ainda aos alunos do sexo feminino, o desenvolvimento de práticas educativas, onde estas aprenderiam noções de economia doméstica e puericultura. Configurando assim especificidade do currículo aos sujeitos do sexo feminino e sua preparação para vivência de práticas culturais socialmente designadas às mulheres.

Do ponto de vista da Cultura escolar, compreendida a partir das contribuições de Viñao Frago e Dominique Juliá, quando estes nos permite perceber a cultura escolar pelos movimentos e produção internas dessas instituições de ensino, sendo parte essencial, seu patrimônio cultural, compreendendo como cultura material o arquivo do Grupo Escolar Urbano Santos, por meio de seu acervo, possibilita-nos uma gama de informações que retratam o cotidiano escolar.

Dessa maneira, salienta Gonçalves (2008, p.194)

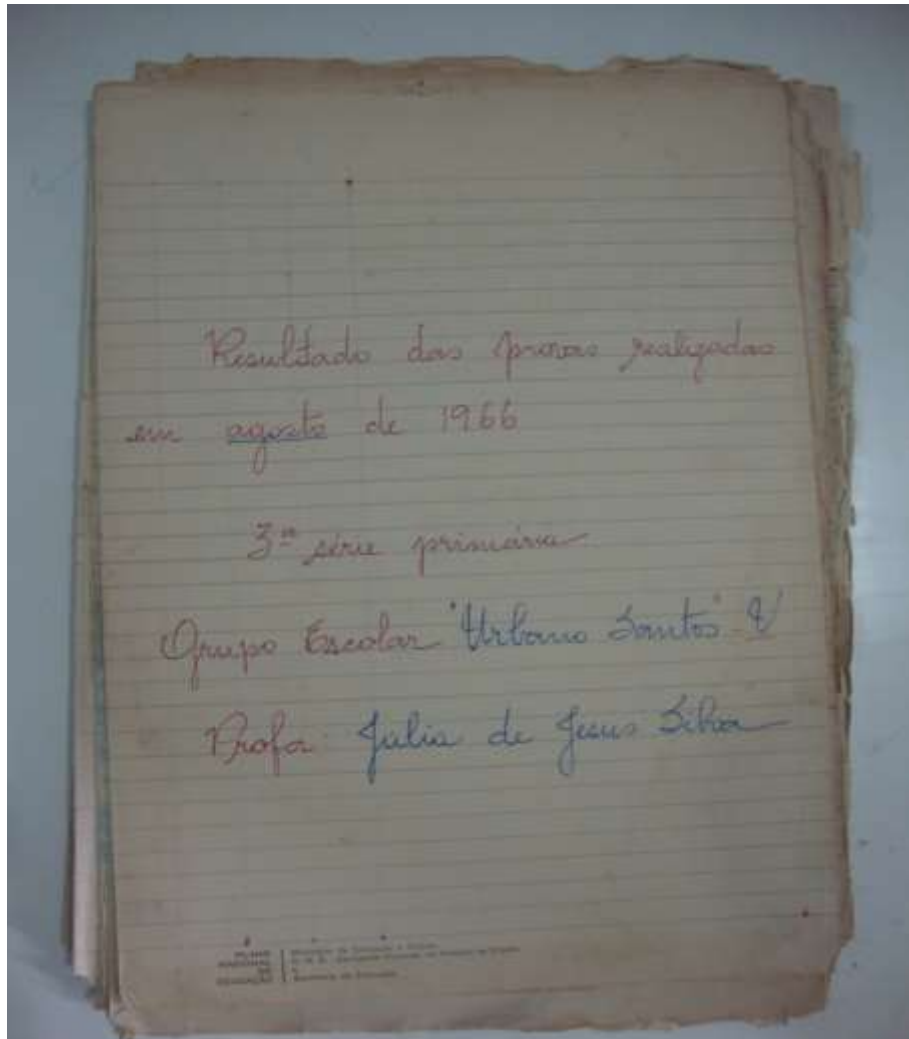
A atenção na compreensão desse cotidiano da escola se desloca, necessariamente, do eixo externo, ou seja, dos modelos pedagógicos regulamentares, preceituais ou doutrinatórias da sua configuração para as práticas diferenciadas de apropriação desses modelos. Implica ainda, o enfrentamento de não somente desvelar o processo de produção dos dispositivos de imposição de normas prescritivas e de regras de condutas que deveriam presidir as ações pedagógicas, regras legais ou inventadas pelos responsáveis pelo controle do funcionamento escolar, mas, também, a atenção à distribuição das ideias e das materialidades postas a demarcar as práticas desejadas e sua conseqüente vigilância ao cumprimento de tais imposições.

Assim, na Unidade Regional de Educação- URE Timon encontra-se preservado um acervo do Grupo Escolar Urbano Santos, constituído por fichas de matrículas; resultados parciais de avaliações realizadas; Fichas de resultados parciais de três classes (1º ano Primário B - mês de Junho de 1966, ministrada pela Professora Conceição de Maria Lima Nunes; 3º ano Primário - mês de Agosto de 1966, ministrada pela Professora Júlia de Jesus Silva; 3º ano Primário - mês de Junho de 1967 - Turno Vespertino, ministrada pela Professora contratada - Araci Deusa Moreira Rocha) que foram somadas às demais fontes nesta pesquisa.

Todos os documentos localizados no arquivo do Grupo Escolar Urbano Santos são impressos em folhas tamanho ofício, pautadas, escritas à mão em caneta de cor azul ou vermelha. São impressos, conforme pode ser verificado na

impressão feita no rodapé de cada folha, provenientes do PNE - Plano Nacional de Educação / MEC - Ministério da Educação e Cultura, DNE - Campanha Nacional de Material de Ensino e Secretaria de educação. Como ilustramos na fotografia nº 09, a seguir:

Fotografia 09: Instrumental de controle de notas de alunos



Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Urbano Santos

O instrumental utilizado como ficha de matrículas compunha: Capa, como o modelo apresentado na fotografia nº 09 e na parte textual havia entre 08 (oito) e 09 (nove) colunas verticais, onde eram requisitadas as seguintes informações: Nome do aluno (a); Data de nascimento; Número da certidão de Nascimento; Escolaridade; Naturalidade; Pai ou responsável; Profissão do pai ou responsável pelo aluno; Endereço residencial; Religião; Controle de pagamento da taxa escolar.

Após verificação das fichas de matrículas, percebe-se que ocorre variação na estrutura textual das mesmas, tanto quanto as denominações empregadas; por exemplo: por vezes vê-se o uso da denominação “idade”; por vezes usa o termo “data de nascimento”. Como também a ausência dos quesitos: Escola proveniente; número da certidão de nascimento; instrução do pai ou responsável são elementos que variam na estrutura das fichas encontradas no arquivo do Grupo Escolar Urbano Santos.

Nos instrumentais utilizados como controle interno de resultados parciais das avaliações as quais os alunos (as) eram submetidos havia como forma de organização: a divisão dos alunos por gênero, à esquerda da folha estava a listagem de alunos do sexo feminino e à direita a lista de alunos do sexo masculino.

Como exemplo desta estruturação, destacamos uma ata de resultados de provas realizadas no mês de Junho de 1966, de alunos de uma das turmas (1º ano B), que tinha como professora da classe a Professora Conceição de Maria Lima Nunes¹⁷, foi possível perceber que nesta turma haviam sido matriculados, 41 (quarenta e um alunos), sendo vinte alunos do sexo feminino e vinte alunos do sexo masculino.

Os alunos (as) da classe do 1º ano B foram submetidos a processo avaliativo nas seguintes Disciplinas: Linguagem; Cálculo; Conhecimentos Gerais. De um total de 20 (vinte) alunos do sexo feminino, 05 (cinco) alunas não realizaram as avaliações do mês de Junho de 1966; 07 (sete) alunas obtiveram média inferior a 7,0 (sete pontos) e 08 (oito) alunas tiveram nota superior a 7,0 (sete pontos), sendo consideradas aprovadas.

Quanto aos alunos do sexo masculino da classe analisada, a fonte demonstra que do total de 21 (vinte um) alunos listados, apenas 04 (quatro) não fizeram as provas. Dos 16 (dezesesseis) alunos participantes, 05 (cinco) não obtiveram média aprovativa (ou seja, igual ou superior a sete pontos) e os demais foram aprovados.

A descontinuidade dos dados não permite uma avaliação da ação da escola no que diz respeito ao desempenho escolar dos alunos.

¹⁷ Conceição de Maria Lima Nunes, uma das diretoras que mais tempo de exercício na gestão do Grupo Escolar Urbano Santos. Professora primária, esposa do Ex-Prefeito Municipal José Nilton Nunes; Mora na cidade de Timon, encontra-se com sérios problemas de saúde.

3.2 Instituições filantrópicas como parceiras na constituição da rede de escolas primárias no contexto de 1950 em Timon- MA

Segundo os dados do recenseamento de 1950, Timon contava com 21 154 habitantes - 10,32 habitantes por quilômetro. Nesse contexto 86 % desta população estava concentrada na zona rural (BRASIL, 1950).

Do recorte temporal estudado, 1942 a 1971, é nos anos 1950 que se concentra maior número de reivindicações, por educação primária para pessoas em idade escolar residentes na zona rural do município de Timon, culminando em criação de escolas.

Os reclames por criação e manutenção de escolas, em meados de 1951, tornou-se assunto frequente nas reivindicações dos pais de crianças em idade de escolarização, repercutindo no legislativo municipal, sendo possível perceber isto nos projetos de leis de autoria de vereadores municipais, tais como os de José Nilton Nunes e Hélio Barbosa de Albuquerque, configurando assim significativo número de justificativas e propostas de criação de escolas.

Os vereadores: Hélio Barbosa de Albuquerque e José Nilton Nunes acrescentam em suas solicitações, listas nominais de pessoas em idade escolar.

Essas reivindicações têm como principal representante a Associação Rural de Timon, que recorrem com frequência à Câmara Municipal de Vereadores. A Associação Rural de Timon era presidida pelo então Vereador municipal de Timon, Hélio Barbosa de Albuquerque (TIMON, Livro de Ata de sessão da Câmara N.05. De 17/10/1953) o que permite afirmar, ser significativo o número de crianças e adolescentes sem efetiva vinculação com a educação formal.

Tais reivindicações, por vezes são negadas. Em justificativa às negações, é alegado pelo prefeito em exercício de 1951, Joaquim Martins Ferreira, a incapacidade financeira do município de Timon- MA de arcar com as despesas resultantes do bom funcionamento da instrução pública, conforme (TIMON, Informação à Câmara Municipal 21/08/1951)

Assim paralelo ao processo de instalação de escola urbana moderna está à fundação de escolas rurais, como as idealizadas pela Associação Rural de Timon, como consta em ata da trigésima primeira sessão ordinária da câmara de vereadores de Timon (20 de outubro de 1953). A Associação Rural de Timon criou

no ano de 1953, duas Escolas Rurais: uma na localidade Segurança e a segunda destas na localidade Brejo.

A inauguração de uma destas escolas criadas pela Associação Rural de Timon é minuciosamente descrita em ata de sessão pública (20/10/1953), através da mesma realiza-se análises.

Pela ata de sessão pública da Câmara de vereadores de Timon, de 20/10/1953, foi possível saber que o início das atividades de inauguração da escola, deu-se logo cedo da manhã, às 08h 30min do dia dezoito de outubro de 1953, quando a Caravana da Associação Rural de Timon, denominada também de “Caravana do Progresso” empreendeu viagem à localidade onde seria inaugurada a escola.

A descrição da viagem permitiu a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos membros da caravana, sujeitos diretamente envolvidos na criação, funcionamento e manutenção da escola rural recém-criada.

A população da circunvizinhança, de maneira festiva, por meio de foguetes, desde a localidade Cumbe, era comunicada de que a caravana estava se aproximando. Somente às 10h 45min, como descrito no texto da ata, a caravana, como grupo de “representante do progresso”, era recebida pelo proprietário da localidade, o Senhor José Pascoal Duarte, que dentre as ações de parceria e demonstração de articulação política objetivando o funcionamento da escola, cedeu a casa da fazenda para servir de sede da escola recém criada.

Os ritos de comemoração pela inauguração da escola local têm início com a realização de corrida, na nova estrada de rodagem construída, seguido de farto almoço oferecido aos convidados e servido às 13h.

De acordo com a redação da ata, a cerimônia propriamente de inauguração da escola ocorreu às 15h, com registro de assinaturas, a qual não teve acesso, no total de 41 (quarenta e uma) pessoas presentes, apesar do número apontado de pessoas, o redator da ata fez questão de frisar que além dos sujeitos que assinaram a ata, havia ainda presente um número expressivo de pessoas analfabetas, mas não detalhou o que considerava como número expressivo.

De acordo com o exposto em ata, havia representação do prefeito e demais agremiações do município, dentre outras representações, se fez presente na cerimônia, pois representava o prefeito, o Senhor Juarez Carlos da Gama, Coletor federal no município de Timon; Antônio Prado, ministro da Igreja Assembleia de

Deus; além dos membros do Centro Artístico Operário Timonense: Hélio Barbosa de Albuquerque; Isaquiel Alves de Amorim; Severino Lima de Paula; Feliciano Gomes da Silva; Antonio de Aragão Freitas.

Na ocasião foi apresentada como professora, escolhida pelos moradores do lugar, a Senhorita Helena Sena, não sendo especificada a formação/escolaridade professora. Destaca-se ainda o registro dos nomes para efeito de matrícula, num total de 40 (quarenta) crianças, afirmando terem estas idade escolar.

Além dos serviços educacionais, a Associação Rural prestou atendimento de saúde, com a atuação de um “enfermeiro”, intitulado como conceituado, por nome de Joaquim Assunção. Este senhor executou, segundo relatado no documento analisado, atendimento a 136 (cento e trinta e seis) pessoas, dentre adultos e crianças, distribuiu purgantes contra verminose, comprimidos de vitamina B1, aplicação de injeção Penicilina, óleo canforado, cálcio e vitamina, de acordo com a necessidade de cada um, além de tratamento de enfermidade num jovem do sexo masculino vítima de profundo golpe de machado, que acertou sua perna.

O presidente da Associação Rural Timon, esclarece ainda que a Associação responsabilizava-se pelo custeio de todo o material escolar de maneira gratuita, além da assistência médica e remédios custeados pela Associação Rural de Timon.

Vê-se a partir dessas ações um fortalecimento de um sistema de cooperação entre a sociedade civil organizada e o governo municipal na difusão da escola primária, fazendo aumentar assim o acesso de mais sujeitos à escola como um espaço diverso, embora carente do ponto de vista organizacional.

Outras associações desta natureza foram criadas em Timon- MA no período, a exemplo citamos ainda: a Associação denominada **Caixa do Pobre**, que de acordo com o Jornal Correio de Timon, era o nome dado à Mutuária, instituição de caráter assistencialista, criada pelo Padre Delfino, em 19/03/1946, registrada em Cartório, Livro 04, Folha 63, nº 22, reconhecida como de utilidade pública por Lei Estadual nº 750 de 31/12/ 1951 e Lei Municipal nº 130 de 18/10/1953. Localizava-se à Rua Magalhães de Almeida, S/N. Era diretor desta Mutuária O Padre Delfino S. Júnior. Os sócios desta Mutuária tinham direito à: assistência dentária, assistência médica, matrículas nas escolas mantidas pela Caixa do Pobre; Curso de Corte e Costura; Curso Prático de Datilografia; Funeral.

Segundo o Jornal Correio de Timon, ano I p.2, no ano 1956, a Caixa do Pobre possuía a seguinte direção: Diretor (Padre Delfino da Silva Júnior); Conselho

administrativo Presidente (Manoel Felismino Gomes), Vice Presidente (José Nilton Nunes), 1º secretário (João Nepomuceno Freitas Soares), 2º Secretário (Lídio de Moura Falcão), Orador oficial (Laureano Rodrigues Matos), Membros (Joaquim Eusébio de Sousa; José de Sousa Ramos; Joaquim Martins Ferreira; Domingos Pereira do Vale; Francisco Mendes da Rocha).

Apesar da fragilidade de preservação da memória, no âmbito do município, é relevante ressaltar dentre as fontes escritas, construídas na cidade de Timon- MA, para o recorte estudado, a contribuição do jornal “O Correio de Timon”¹⁸ para a elaboração desta pesquisa, em face deste jornal através das matérias publicadas nos dá elementos que nos permitem reconstituir o movimento das instituições filantrópicas e suas ações de criação e manutenção de escolas e demais serviços prestados aos que lhes requerem.

Fotografia 10: Encerramento das aulas ano 1955



Fonte: Jornal Correio de Timon 1956

¹⁸ A partir de nossas pesquisas consideramos o Jornal **Correio de Timon**, como um jornal, parte do aparelho midiático de propriedade do Padre Delfino, que somava-se a um outro veículo de comunicação de mesma natureza, a amplificadora “A Voz de São José”, por ambos meios o Padre Delfino, construía seu discurso de controle e poder de formar opiniões em torno de si mesmo e do grupo de aliados politicamente. Este jornal tinha circulação mensal, circulando assim a cada dia 19 de cada mês, entre os anos de 1956 até 1959.

Fotografia 11: Encerramento das aulas da Escola Beneficente Caixa dos Pobres

Fonte: Jornal Correio de Timon 1956

Com referência às fotografias 10 e 11, acima apresentadas, mostram a especificidades da organização da rede escolar de Timon na segunda metade dos anos cinquenta do século XX, caracterizada pela articulação política entre: Estado do Maranhão, município e Associação Caixa do Pobre. As fotografias permite-nos visualizar parte do mobiliário escolar. Nestas fotografias são presentes carteiras com formatos de carteiras individuais e cadeiras de dois lugares, como ainda o uniforme escolar constituído de camisa branca com gravata azul, bermuda azul, sapatos pretos e meias pretas.

Nas mesmas instalações do prédio do Grupo Escolar Urbano Santos, além das turmas vinculadas ao Grupo Escolar, também funcionou, de maneira simultânea, outra escola denominada: Escola Beneficente Caixa do Pobre. Esta escola foi criada e mantida pela Mutuária Caixa do Pobre, instituição presidida pelo Padre Delfino da Silva Júnior e vinculada à Igreja de São José, e também subvencionada pelo município de Timon.

3.3 Criando o segundo Grupo escolar da cidade: O Grupo Escolar Padre Delfino

Segundo Motta e Machado (2006, p.227) “até meados da década de 1950, quase não se percebia iniciativas do governo estadual e eram tímidas as

decorrentes do setor privado, para a construção de estabelecimentos escolares, seja na capital ou no interior”.

No ano 1958, a rede escolar era considerada deficitária, pelo próprio Governador do estado, a julgar pelos números apontados no Diário Oficial do Estado do Maranhão (Nº 99 de Maio de 1958, p.24), encontrando-se em funcionamento: 100 Grupos Escolares, 31 Escolas Reunidas, 246 Escolas Isoladas e 04 Jardins de Infância.

Diante da situação do quadro de deficiência, o governo do estado do Maranhão elaborou um Programa de Reconstrução Educacional se resumiria no seguinte:

- A) Assinatura de convênios com o Instituto Nacional de estudos pedagógicos, promovendo ajuda do Governo federal através do Fundo Nacional do Ensino Primário para construções e reaparelhamento para os Grupos Escolares e outras escolas;
- B) Aumento crescente do quadro de professores até que se complete um número razoável para atender a população Infantil em idade escolar;
- C) Cursos, seminários e bolsas para desenvolvimento do pessoal;
- D) Plano para aumento contínuo de professores de alfabetização para que se diminua o índice de analfabetismo no estado que é 70% (MARANHÃO, Diário Oficial do Estado. Mensagem de Governo. Ano LII. nº 101 de 03 de Maio de 1958, p.24)

Em Maio de 1958, os números demonstravam a relevante atuação do INEP na reestruturação da rede escolar maranhense, pois eram acrescidas à rede:

Quadro 07: Unidades Instaladas

	GRUPO ESCOLAR	ESCOLAS
Unidades instaladas	9	10
Unidades concluídas	9	16
Unidades reabertas	2	-
Unidades transferidas	-	1
Unidades em vias de conclusão	16	24
Unidades particulares equiparadas	2	4

Fonte: Diário Oficial do estado do Maranhão. N.99, Maio de 1958, p.24

Dessa maneira o Plano de reestruturação educacional, proposto pelo governo do Maranhão e INEP, representou ao município de Timon, a cooperação para estruturação de sua rede escolar. Pois segundo consta no Diário Oficial do Estado do Maranhão, o Grupo Escolar na sede de Timon, denominado Padre Delfino foi

criado pelo Decreto 1322 de 30 de Abril de 1958 (MARANHÃO. Diário Oficial do Estado do Maranhão, ANO LII, Nº 101, de 06 de Maio de 1958, p. 6).

As mobilizações do poder local fazem-se percebidas no início deste processo, no ano de 1957, ao realizar concessão do terreno que se destinava a construção do novo Grupo Escolar e recursos financeiros na quantia de Cr\$ 10.0000,00 destinados para a limpeza da área que compreenderia a construção do prédio do novo Grupo para a cidade e seus habitantes de diferentes localidades do município, de acordo com ata de sessão da Câmara de Vereadores de Timon- MA (TIMON, Livro de Ata n.06 de 09 de Set. 1957).

Tendo levado quase dois anos em construção, a obra do prédio do novo Grupo Escolar foi subsidiada, através de Projeto de Lei Municipal nº 06/1958. Por esta lei, o município de Timon concedeu, como ajuda financeira, a quantia de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinada à construção do prédio.

Importante destacar que o escrito em placa fixada, e preservada até hoje, no edifício onde funcionou o Grupo Escolar Padre Delfino, a data indica como ano de inauguração o ano de 1958.

Fotografia 12: Placa do Grupo Escolar Padre Delfino



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

O anúncio de criação do segundo grupo escolar para o município de Timon chegou investido de cunho político partidário, uma vez que foi anunciado, segundo consta no Jornal O Correio de Timon em matéria publicada no dia do anúncio de criação do Grupo Escolar, pelo então Governador do Estado, Matos Carvalho, no

ano de 1957, durante viagem de inaugurações e articulações políticas do governo de Matos Carvalho na região dos cocais maranhense. (GOVERNADOR MATOS CARVALHO VISITA TIMON. Jornal Correio de Timon, 19 de Outubro de 1957 p.07)

Ainda através do Jornal Correio de Timon, edição de 19 de Outubro de 1957, foi possível perceber que, durante a solenidade em que foi anunciado que a população Timonense seria contemplada com um novo Grupo Escolar, viu-se formar um bloco de defesa pela designação do nome do patrono, um coro idealizado pelas Professoras presentes na solenidade: Conceição de Maria Lima Nunes e Maria do Carmo Neiva, estas professoras solicitaram verbalmente ao Governador do Maranhão que o novo Grupo Escolar recebesse o nome do Pároco, Padre Delfino da Silva Júnior, no que foram prontamente atendidas.

A escolha pelo nome do Padre Delfino, consistiu numa atitude de delineamento que permitiu a construção de um lugar de memória, eternizando assim um tempo vivido por estes sujeitos, sobretudo o Padre Delfino da Silva Júnior, à medida que seu nome é evocado e relacionado a uma instituição escolar moderna no aspecto físico e pedagógico, faz-se evidenciar as suas ações políticas, culturais e educativas para a cidade de Timon- MA.

Fotografia 13: Padre Delfino da Silva Júnior - 1955



Fonte: LACERDA, Elias. Blog do Elias Lacerda. Timon, 15/11/2009 Disponível em: <<http://portalaz.com.br>> acesso em: 28 Dez. 2013.

Ainda no que se refere ao contexto de criação do Grupo Escolar Padre Delfino, a cidade de Timon, de acordo com notícias publicadas no Jornal O Correio de Timon, 19 a 21 de Agosto de 1959, vivia um clima de terror refletido em incêndios constantes de imóveis residenciais localizadas na área central da cidade, como reforça o trecho da matéria a seguir:

O fogo criminoso, ateadado em casas de palhas, onde a pobreza dorme mudou por completo a vida na cidade de Timon. Mais ou menos cinquenta casas devoradas pelas chamas. Mais ou menos 80 descobertas, a título de precaução. Ao todo 130 ou 160 famílias desabrigadas, protegidas contra o sol inclemente, com a sombra abundante dos cajueiros ou mangueiras, ao relento com bagagens e meninos, suportando o frio, que na quadra atual, é percuciente, e suportando a chuva que, nesses dias, ou para frutificarem os frutos dos cajueiros, ou para aumentar o sofrimento e a provação dos pobres, não tem faltado (O INCENDIO DAS CASAS. Jornal Correio de Timon, 19 a 21 de Agosto de 1959. Ano IV N.43, p.8).

Segundo o Jornal Correio de Timon, em decorrência do crescente número de famílias acometidas por tal infortúnio, o Prefeito municipal Joaquim Martins Ferreira,

sancionou Decreto Lei nº 225 de 31/07/1959, autorizando o auxílio financeiro às vítimas de incêndios. Sobre a questão dos frequentes incêndios das residências da época, historiadores locais como: Santos (2007); Brito (2012), coadunam do pensamento de que esta questão é ainda vista pela população remanescente como um assunto que causa certo desconforto aos sujeitos não se sentindo confortáveis em discutir esta questão.

De modo que o percebido a partir do discurso construído no jornal O Correio de Timon, é que o Decreto Lei nº 225 de 31/07/1959 foi anunciado dentro de uma áurea salvacionista e de extrema bondade do prefeito da época, Joaquim Martins Ferreira.

A partir das informações do arquivo do Grupo Escolar Padre Delfino, foi possível perceber que esse estabelecimento de ensino foi inaugurado em 23 de Março de 1959. O quadro docente era constituído por: Maria do Perpétuo Socorro Ferreira Maranhão (Diretora), e as professoras: Teresinha de Jesus da Mata Oliveira, Juscelina Torres de Assunção Santos; Francisca Reis; Maria José de Maranhão Carvalho; Rosilda de Oliveira Costa.

Uma das ações do Grupo Escolar Padre Delfino de grande repercussão na época, segundo relata a ex-professora da escola, Iracy Barros a Cardoso e Costa (2014, p.8) trata-se da criação do Jardim de Infância deste Grupo Escolar denominado: Jardim de Infância Santa Filomena, segundo estudos destas autoras, entre os anos de 1962 e 1975, o Jardim de Infância Santa Filomena, diplomou 12 turmas de 'Doutores do ABC'. Tendo a primeira turma do jardim de Infância funcionado no ano de 1962, sob a docência da Professora e diretora do Grupo Escolar Padre Delfino, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira Maranhão, afirmam Cardoso e Costa (2014, p.7).

As memórias relativas ao Jardim de Infância Santa Filomena, foram recentemente reconstituídas por Cardoso e Costa (2014). Estas autoras retratam o cotidiano escolar, abordando dentre os diversos pontos a forma de organização do tempo escolar, conhecimentos e práticas escolares.

Segundo Cardoso e Costa (2014, p.4) as práticas escolares do Jardim Santa Filomena iniciava, logo às 07 (sete) horas da manhã, sendo normatizada a tolerância de até 30 (trinta) minutos para entrada dos alunos. A primeira prática dinamizada na escola consistia em momento de acolhida, no pátio. Ocasão em que os alunos (as)

vivenciavam experiências cuidadosamente elaboradas com vistas à formação da identidade cívica e religiosa, destaca Cardoso e Costa (2014, p. 4).

Fotografia 14: Professoras e alunas do Jardim de Infância Santa Filomena



Fonte: Arquivo de Maria Dulce Pinheiro Serra

Segundo Cardoso e Costa (2014, p. 5) O Jardim de Infância do Grupo Escolar Padre Delfino desempenhou relevante trabalho educativo na cidade de Timon- MA. Acrescentam ainda, que as práticas educativas no Jardim de Infância Santa Filomena, possibilitaram a essa escola destaque perante a Secretaria Estadual de Educação- MA e no MEC (Ministério da Educação).

Fotografia 15: Professora do Jardim Santa Filomena, Iracy Barros Tourinho¹⁹



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Iracy Barros Tourinho

Fotografia 16: Docentes do Grupo Escolar Padre Delfino e autoridades locais



Fonte: Arquivo de Maria Dulce Pinheiro Serra

¹⁹ Segundo Cardoso e Costa (2014), Iracy Barros Tourinho formou-se professora pela Escola Regional Nossa Senhora da Piedade, escola dirigida pelas irmãs franciscanas na cidade de Colinas-Ma; desempenhou atividades docentes na cidade de Rosário- MA, lecionando para as vinte primeiras famílias Japonesas a residir naquele município. Em Timon lecionou no Jardim de Infância Santa Filomena por nove anos. Aposentada reside na cidade de Teresina-PI.

Fotografia 17: Placa de formatura da 1ª turma do Jardim de Infância - 1962



Fonte: Arquivo de Maria Dulce Pinheiro Serra

Dessa forma compreende-se a partir das fontes iconográficas, referentes às práticas escolares, desenvolvidas no Grupo Escolar Padre Delfino, que naquela escola primária desenvolveram-se práticas escolares institucionalizadas, dispositivos pedagógicos no propósito de demonstrar sua organização na preparação dos educandos para uma vida adulta eivada de valores éticos e morais aceitos.

Fotografia 18: Alunos do Grupo Padre Delfino na área ajardinada da escola



Fonte: Arquivo de Maria Dulce Pinheiro

Embora esteja em péssimo estado de acondicionamento o pequeno arquivo do Grupo escolar Padre Delfino, permitiu através de manuscritos em papel pautado sem personalização/timbre/carimbo de Logomarca da Escola ou do Estado do Maranhão, estruturar o quadro de pessoal docente e de serviços gerais do ano de 1970, turno Vespertino:

Quadro 08: Quadro de pessoal do Grupo Escolar Padre Delfino – 1970

NOME	FUNÇÃO
Juscelina Torres de Assunção Santos	Professora
Francisca Reis	Professora
Maria José Maranhão Carvalho	Professora
Rosilda de Oliveira Costa	Professora
Teresinha de Jesus da Mata	Diretora
Maria José Silva Sá	Professora
Eva Pereira Santos	Servente
Raimundo Domingos de Sousa	Zelador

Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Padre Delfino

Com base na lista nominal do quadro de pessoal docente e de serviços gerais, apesar de, no texto original, ter sido utilizado o termo: “subalternos”, para referir-se ao Zelador e a Servente da instituição, percebe-se que a composição do quadro de pessoal mantém-se com a predominância do gênero feminino.

Apesar da mudança ocorrida do ponto de vista da legislação educacional, que as denominam de (Unidade Escolar) as instituições de ensino de 1ª à 4ª séries do

ensino de 1º grau, foi como Grupo Escolar que esta escola viveu seus tempos áureos, e assim ficou conhecida entre os maranhenses da região dos cocais que para a cidade de Timon, se transferiam nas décadas de 1960 e 1970, em busca de formação escolar e possibilidades de emprego, naquela cidade e na vizinha capital do Piauí, Teresina-Pi.

Nessa perspectiva dezenas de famílias planejavam seu futuro e nele está contido o plano de continuar a estudar, procedendo à migração do espaço rural para a sede do município de Timon, tendo em vista que a cidade possuía uma quantidade de escolas primárias, relativamente suficiente para a demanda existente.

Quadro 09: Matrículas do G. E. Padre Delfino ano de 1970 – Vespertino

SÉRIE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL POR TURMA
1ª	43	32	75
2ª	15	20	35
3ª	16	23	39
4ª	13	21	34
Total	87	96	183

Fonte: Elaborada a partir de manuscritos do arquivo G.E. Padre Delfino

Em decorrência do mal estado de conservação do acervo, tornou-se impossível registrar os demais anos do recorte em estudo.

3.4 A primeira escola Ginásial: Ginásio Bandeirante de Timon- MA: Contexto de implantação

Segundo Kreutz (1983, p.61) no ano de 1966, José Sarney assumiu o governo do Estado do Maranhão, que o realiza investido de “corrigir, sanear e mudar a realidade política, econômica e social do Maranhão, adotando uma política de modernização, tendo em vista o pacto firmado entre seu governo e os princípios do movimento militar de 1964”.

O grande impasse estava na ausência de escolas secundárias, sobretudo Ginásial na cidade de Timon, há muito prometido, o Ginásio chega a esta cidade sob os auspícios do desenvolvimento e rupturas com modelos arcaicos de ensino e de sociedade.

No Maranhão que ora é esboçado, sob a égide do desenvolvimentismo, são desenvolvidos diversos projetos educativos, dentre eles destacamos: O projeto João de Barro (1967) e o Projeto Ginásio Bandeirante. Destes citados, o último fez-se presente na cidade de Timon, desenvolvendo um trabalho que perdurou de sua origem no ano de 1968, até o ano letivo de 2011²⁰, configurando-se como a materialização do discurso / foco das elites maranhense na formação secundária.

O Diário Oficial do Maranhão, em sua edição de 03 de janeiro de 1968, página 1, traz em matéria principal a seguinte manchete: **“mais de 33 Ginásios serão instalados no Maranhão”**. O projeto Bandeirante nasce revestido da promessa de dá solução aos problemas de falta de escolas ginasiais em 25% do Maranhão. Desta feita o município de Timon foi contemplado com a implantação de sua primeira escola ginasial.

O Projeto Ginásio Bandeirante tornou-se uma realidade na cidade de Timon-MA, possibilitando representações afirmativas por parte do pessoal envolvido neste projeto, apesar das limitações para o funcionamento do projeto em nível local, pois o contexto local de surgimento do Ginásio Bandeirante mostrava-se como de grande expectativa e necessárias mudanças dos pontos de vistas: político, econômico, social e cultural.

No propósito de compreender a gênese do Ginásio Bandeirante de Timon, localizou-se junto ao Conselho Estadual de Educação do Maranhão, a pasta deste estabelecimento de ensino, dando a saber que este, foi requisitado de maneira formal à Secretaria de Estado de Negócios da Educação e Cultura – SENEAC, através de farto relatório assinado pelo então prefeito Napoleão Guimarães, no dia 22 de Dezembro de 1967.

O relatório descreve a localização geográfica do município requerente, expõe os dados socioeconômicos, destacando o número de unidades escolares mantidas pelo poder público municipal à época, segundo o relatório, havia em funcionamento: 61 unidades escolares de ensino primário completo, com um total de 2650 alunos. Os números são enfatizados pelo requerente como justificativa para a implantação de um Ginásio Bandeirante na cidade, como forma de permitir o acesso a escolarização secundária na própria cidade de Timon- MA.

²⁰ A partir do ano 1982 o Ginásio Bandeirante de Timon, passou a ser denominado de Unidade Escolar Francisco Vitorino D'Assunção. Por determinação da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, esta escola teve suas atividades escolares encerradas no ano de 2011, sendo reaberta com a mesma denominação e desta vez sob a administração do Governo Estadual do Maranhão.

No ano de 1968, o atual Prefeito Napoleão Guimarães e seu grupo político esforçavam-se para sua afirmação político partidária, na gestão pública municipal, tendo em vista o início do terceiro ano de gestão pública confiada pela população local, depois de vivenciarem quase três décadas de poder liderado pelo Padre Delfino.

A implantação do Ginásio Bandeirante na cidade de Timon representava, portanto um signo modernizante de educação, que se somava a outros signos realizados em administrações públicas locais, muito aguardado. Sobre o cenário administrativo local descreve Sousa (2005, p.37)

A administração de Napoleão Guimarães constitui-se como um marco na história de Timon, pois nela se iniciou uma fase mais progressista da vida do município que verdadeiramente tornou-se um canteiro de obras, sendo as principais: Escolas José Sarney, Duque de Caxias, Marechal Castelo Branco e Ginásio Bandeirante; Chafarizes e lavanderias no bairro Parque Piauí e Formosa; calçamentos de todas as ruas e avenidas do centro da cidade, que receberam placas de identificação e numeração dos imóveis públicos e residenciais; Serviço de abastecimento d' água e esgotos- SAAE; Construção de rampas de acesso às embarcações e abrigo no porto de passagem do Rio Parnaíba na Avenida Getúlio Vargas; Reparcelhamento e ativação do posto médico central; Urbanização da Praça São José, que foi dotada de passeio, jardins, abrigo e monumento réplica do Cristo Redentor; Construção de pontes e bueiros de concreto armado; Sede da junta de Alistamento Militar e muro que circunda todo o cemitério João Germano 'João Germano', dentre outras.

Neste estudo, dentre as referências bibliográficas utilizadas, para a compreensão da criação e atuação do Ginásio Bandeirante de Timon, destaca-se o estudo de autoria de Arno Kreutz (1983) intitulado; "O projeto João de Barro e o poder político no Maranhão, e a pesquisa realizada por Elizânia Sousa do Nascimento, denominado: Desbravando inteligências para o desenvolvimento: O projeto Bandeirante e a expansão do ensino secundário no Maranhão (1968-1973), relevante estudo que trata da história e memória dos Ginásios Bandeirantes no Maranhão.

Kreutz (1983, p.61) assegura que O "Projeto Bandeirante" foi idealizado diante da justificativa da necessidade de expansão dos cursos ginasiais no Estado do Maranhão visto que em 1968, dos 130 (cento e trinta) municípios, apenas 37 (trinta e sete) possuíam cursos ginasiais. O projeto [...] possuía como objetivo primeiro: 'levar às zonas de necessidade e clientela comprovadas, a educação integral, através do ensino médio'

Kreutz (1983, p.61) acrescenta ainda que “tanto o Projeto Bandeirante quanto o Televisão Educativa eram experiências pelas quais os responsáveis pelo ensino público procuravam sanar os impasses da educação no nível de ginásio”.

Estava o Projeto Bandeirante, fundamentado, do ponto de vista pedagógico, “no movimento nacional de renovação da escola secundária e mais precisamente nos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) e no Centro Integrado de Educação de Colinas”²¹.

O Projeto Bandeirantes representou uma proposta de educação em nível ginásial, consistindo numa forma de expansão da escola secundária ginásial no Maranhão. Em cada município onde era implantado o projeto, a escola era denominada com a expressão: “Ginásio Bandeirante”, havendo apenas a variação do nome do município que o recebia, assim em Timon, havia o “Ginásio Bandeirante de Timon”.

Segundo Sousa (2005, p.104) a solenidade de inauguração aconteceu no dia 18 de Março de 1968. A autorização de funcionamento ocorre pela Resolução nº 26/68 sob o parecer 37/68. Conforme segue:

Fotografia 19: Resolução 26/68 autoriza Ginásio Bandeirante Timon



Fonte: Diário Oficial do Estado do Maranhão

²¹ KREUT, Arno. **O projeto João de Barro e o poder político no Maranhão**. São Luís, UFMA, 1983 p.61.

Pelo parecer 37/68 “A inspetoria seccional considerou legalizada a situação de cada membro do corpo administrativo e docente do Ginásio Bandeirante de Timon”(MARANHÃO.Diário Oficial do estado do Maranhão, Ano LXI, Nº119 de 27 de Junho de 1968, p.4)

Fotografia 19: Aula inaugural G. Bandeirante, proferida pelo Prof. Arimathéa Tito Filho



Fonte: SOUSA, 2005

O Ginásio Bandeirante de Timon foi inaugurado, de modo muito aguardado pela população timonense, que compareceu à solenidade, em local cuidadosamente preparado para o evento, nas dependências do Grupo Escolar José Sarney, pois, “o governo do Estado inicia o ano de 1968, lançando, através da Secretaria de educação e Cultura, o Projeto ‘Bandeirante’, que em Março deveria dotar o Maranhão de mais 33 ginásios”²² tornando-se uma escola referência na formação da juventude timonense, propósito explicitado nas práticas escolares do Ginásio Bandeirante, destacando-se como a primeira escola ginásial da cidade.

A partir do uso das fontes iconográficas, é possível afirmar que estiveram presentes ao evento, o Professor Arimathéa Tito (Conferencista da solenidade); o prefeito municipal de Timon Napoleão Guimarães, dentre outras autoridades convidadas e demais representantes da comunidade.

²² Mais de 33 Ginásios serão instalados no Maranhão. **Diário Oficial do Estado**. São Luís, ano LXI. Nº 01, p.01, 03 Jan. 1968.

Fotografia 21: Representantes da população Timonense acompanham inauguração do Ginásio Bandeirante de Timon



Fonte: Acervo da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

Este grupo conduziu e assistiu à solenidade de implantação de escola ginásial, criada numa perspectiva de mudanças de pensamento, que remetia buscar a conquista de novos conhecimentos sistematizados pela nova instituição escolar na cidade.

No primeiro ano letivo o Ginásio funcionou em apenas um turno: vespertino, com um total de 04 (quatro) turmas. No ano seguinte à fundação já estava funcionando nos três turnos, como foi verificado em livros de atas de resultados finais de 1968 e 1969.

Com relação ao processo de escolha da diretora, é percebido no regimento interno, Capítulo I art. 7º, que “o cargo de Diretor será exercido por um professor designado pelo Secretário de Educação e Cultura, em comum acordo com o Prefeito Municipal” (GINÁSIO BANDEIRANTE, Regimento Interno, 1968, p.2).

A modalidade de escolha deu-se tal qual preconizou o Regimento Interno dos Ginásios Bandeirante, sendo indicada Diretora do Ginásio Bandeirante, a Professora Raimunda de Carvalho Sousa, que assim que iniciou suas atividades, deu providências ao quadro docente e a elaboração do exame de admissão.

Organizamos a seguir quadro da composição do primeiro Corpo Docente do Ginásio Bandeirante, tomando como fonte, o Resumo de ponto, um mecanismo de registro de controle de frequência ao local de trabalho do pessoal docente vinculado ao G. B. de Timon- MA.

Quadro 10: Composição do primeiro Corpo docente do Ginásio Bandeirante de Timon (1968/ 1969)

DISCIPLINA(S)	PROFESSOR(A)
Língua Portuguesa	Maria de Jesus Assunção Lula
Matemática	Luiz Alberto Vasconcelos/José Antônio Deusdará Leal
História	Maria José Bonfim R. Figueiredo
Geografia	Maria do P. Socorro F. Maranhão
Ciências	José Manoel Assunção
Educação Moral e Cívica	Maria Luisa e Silva
Educação Física	Maria Luisa e Silva
Educação Artística	Gilda Maria Pinheiro Serra
Técnicas agrícolas	Raimunda de Carvalho Sousa

Fonte: Elaborado a partir do Resumo de ponto do Ginásio Bandeirante de Timon

De acordo com a proposta do Projeto “Bandeirante” como é explicitado em matéria publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão, quanto aos critérios para a formação do corpo docente e corpo administrativo para os ginásios, de que deveriam ser [...] “preferencialmente constituído por elementos residentes na própria comunidade ou de equipes volantes de professores”²³.

Tornando evidente ainda a atribuição decorrente da parceria Estado e o município, em que este último, arcaria com as despesas com o pessoal auxiliar²⁴. Ao

²³ Mais de 33 Ginásios serão instalados no Maranhão. **Diário Oficial do Estado**. São Luís, ano LXI. Nº 01, p.01, 03 Jan. 1968.

²⁴ Conforme Nascimento (2013), a designação ao ‘pessoal auxiliar’ que desempenhava trabalhos de limpezas nos Ginásios Bandeirantes.

estado era atribuída também à tarefa de proporcionar os cursos de capacitação²⁵ aos docentes selecionados e ao pessoal de secretaria.

A discussão acerca da formação dos docentes do Projeto Bandeirante é estabelecida no trabalho de pesquisa de Nascimento (2013, p.100), neste a autora assegura que:

A redação do Projeto Bandeirante não faz nenhuma alusão sobre qual formação deveriam ter os professores que lecionariam nestes ginásios. A orientação é que estes deveriam ser credenciados e a remuneração, salário aula, seria feito através de contrato firmado com a SENEAC. Cabia aos prefeitos indicar esses docentes e a Secretaria sancionar essa indicação.

No município de Timon, essa orientação foi realizada a risca, constantes nos inúmeros ofícios enviados ao Secretário de Educação, que no ato de justificar a necessidade de professor, estes são cientificados pelo prefeito municipal.

Além do pessoal docente, o resumo de ponto do pessoal administrativo de 1968 está registrado a atuação nesse estabelecimento de ensino da secretária: Sahda Sekeff Budaruíche.

O Ginásio Bandeirante, através das fontes disponíveis em seu arquivo na cidade de Timon, representa para a história da educação Timonense, um lugar de memória a ser preservado, por nele estão contidas informações importantes da cultura escolar de um ginásio cuidadosamente criado para o desenvolvimento do Maranhão. O arquivo do Ginásio Bandeirante de Timon, guarda a memória de seus alunos e alunas, que ali realizaram suas trajetórias formativas, e puderam construir planos de projeções sociais, políticas, econômicas.

3.5 Práticas educativas na escola secundária: Ginásio Bandeirante de Timon

Aponta-se como fontes utilizadas para o pensar da primeira escola secundária (Ginásio Bandeirante) em Timon-MA, no período em estudo, quanto aos aspectos acima evidenciados, as seguintes fontes: Legislação educacional estadual e nacional; Dissertações; Jornais de circulação no período; livros de memórias; história dos municípios; documentação escolar; mobiliários da escola; Retratos de personalidades; impresso para trabalhos escolares e de expedientes; soma-se, a

²⁵ Denominação utilizada predominantemente entre os pensadores da educação no transcurso da década de 1960, para o que na atualidade é denominado de formação continuada.

estas, fontes contidas em arquivos particulares: Fotografias, Peças do fardamento escolar; Certificados de cursos de formação docente.

A partir do pensamento de Nunes (2011, p.87), percebe-se que:

As escolas também são 'celeiros' de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social. As reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das suas rotinas e sua continuidade no tempo a importância dessa instituição, mesmo quando apontamos a sua crise na construção das subjetividades do mundo contemporâneo, reside no fato de representar, durante a infância e a adolescência, para além da sua finalidade específica, um território de lenta aprendizagem do mundo exterior. Os códigos desse universo transparecem na definição de um espaço que lhe é próprio, no uso do tempo, nas regras disciplinares, nas vestimentas específicas e numa pluralidade de objetos.

Assim as instituições escolares tornam-se ricos lugares de memórias, pelas fontes documentais possíveis de ser encontradas em seus arquivos e por sua cultura material e imaterial, que usados numa perspectiva pedagógica, ganham significados interessantes.

Partindo das considerações propostas por Gonçalves (2008, p.201) para quem a cultura escolar, enseja "um conjunto de aspectos institucionalizados", buscou-se compreender as práticas educativas desenvolvidas na ambiência do Ginásio Bandeirante de Timon nos anos iniciais de seu funcionamento, sobretudo os dois primeiros anos de funcionamento.

Sobre a Cultura Escolar, Gonçalves (2008, p.201) afirma que,

a cultura escolar envolve toda a vida escolar. E isso vai desde a construção das ideias sobre o ensinar e o aprender até a ação efetiva desse fazer escolar e, então, estarão sendo mobilizados tanto os corpos como as mentes, tanto o lidar com objetos quanto as condutas, os modos de pensar, de dizer e de fazer.²⁶

Assim de modo específico questiona-se: quais as práticas educativas, que caracterizam o Ginásio Bandeirante de Timon?

²⁶ GONÇALVES, Irlen Antônio Gonçalves. Maneiras diferenciadas de produção da escola primária: Estratégias e táticas na constituição da cultura escolar em Minas Gerais. IN: VAGO, Tarcísio Mauro Vago; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson (org.) Histórias de práticas educativas. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.193-235.

3.5.1 A obrigatoriedade do exame de admissão como critério para o ingresso ao Ginásio Bandeirante de Timon- MA: mecanismos de acesso e seleção ao Ginásio

O processo de organização e execução de uma das mais representativas práticas escolares desenvolvidas no Ginásio Bandeirante de Timon, que foi o Exame de Admissão, é iniciado com a Portaria Nº 01/ de 11 de Fevereiro de 1968. Por esta a Diretora Raimunda de Carvalho Sousa, designou a sua primeira Banca Examinadora do Exame de admissão, época única, do Ginásio Bandeirante de Timon, com a seguinte distribuição:

Quadro 11: Membros da Banca Examinadora de Exame de Admissão G. Bandeirante de Timon- MA

Professor(a) Cargo	Área do conhecimento a avaliar
Raimunda de Carvalho Sousa-(Presidente)	-
Maria de Jesus Assunção Lula – Membro	Língua Portuguesa
Maria do Perpétuo Socorro Ferreira. Maranhão – Membro	Língua Portuguesa
Maria José Bonfim R. Figueiredo –Membro	Língua Portuguesa
José Alberto Vasconcelos – Membro	Matemática
José Manoel Assunção – Membro	Matemática
Gilda Maria Pinheiro Serra – Membro	Matemática

Fonte: Timon, Maranhão, 11 de Fevereiro de 1968. Ginásio Bandeirante de Timon, Portaria 01/1968

Como previsto na portaria 01/1968 e confirmado em Ata de resultados, o primeiro Exame de admissão do G. Bandeirante de Timon- MA, foi realizado nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1968, na cidade de Timon- MA. No primeiro dia realizou-se prova de Língua Portuguesa e no segundo dia foram aplicadas as provas de Matemática.

Em decorrência do mal estado de conservação da ata de resultados do primeiro Exame de Admissão deste ginásio, esta se encontra incompleta, conforme indicado na última página da sequencia localizada. O que nos permite assegurar que o número de candidatos que participou da 1ª edição do exame de admissão do Ginásio Bandeirante é superior, à quantidade de 159 (cento e cinquenta e nove) registrados na quarta página arquivada.

A forma de ingresso, dos alunos, a este novo espaço escolar, exigia aos candidatos a submissão ao Exame de admissão. Esta exigência era embasada na Lei Orgânica do Ensino Secundário - Decreto Lei nº 4244 de 09 de abril de 1942, precisamente do que trata os artigos 31 e 32, destacado abaixo na íntegra:

Art.31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art.32. O candidato à matrícula no curso ginasial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

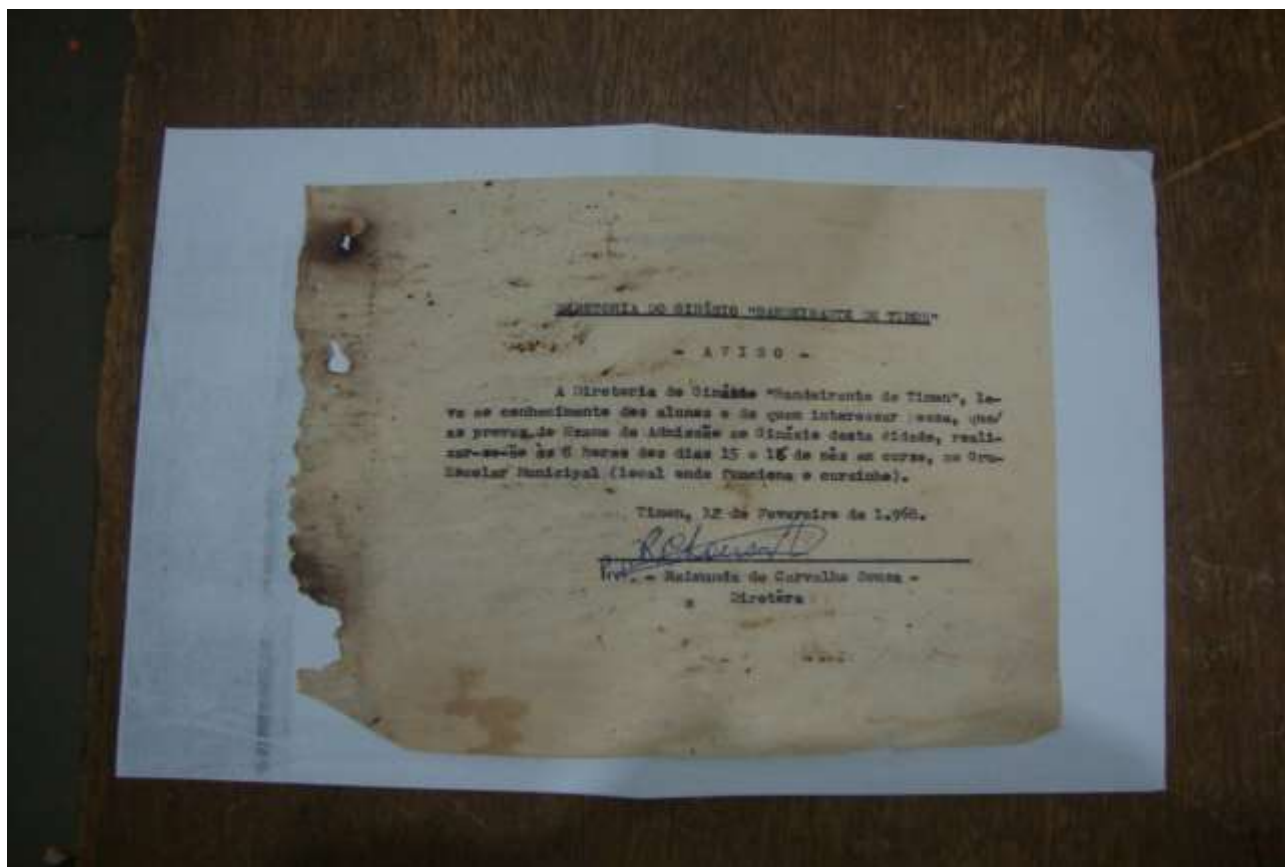
- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Verificou-se pelas fontes encontradas no arquivo do Ginásio Bandeirante, que estas normativas eram cumpridas rigorosamente, configurando um padrão seguido no processo de rotina de trabalho do dia-a-dia deste novo estabelecimento de ensino secundário, na cidade de Timon- MA.

A contemplação das exigências apresentadas nos artigos: 31 e 32 da Lei Orgânica do Ensino de 1942, no que se referia ao estado de saúde do candidato, davam-se com a apresentação da carteira de vacinação e Atestado de plenas condições de saúde expedido por médicos credenciados na rede pública de saúde.

Tomando como base as exigências a serem cumpridas pelo candidato a uma vaga no Ginásio Bandeirante compreende-se que apesar da construção de ideia desenvolvimentista, assegura-se que, assim, a escola mostra sua face conservadora e excludente.

Fotografia 22: Aviso do Primeiro Exame de Admissão realizado no G.B. Timon - 1968



Fonte: Arquivo do Ginásio Bandeirante de Timon

O aviso à comunidade externa é, portanto, um dos primeiros escritos realizados na escola, possuindo esse escrito um dos mais relevantes propósitos, o de informar a quem interessar possa que aquela instituição nascera, para desempenhar uma das mais complexas funções: formar o pensamento de um povo.

Somava-se às exigências da comprovação do estado de saúde do provável aluno, outra, agora não menos importante, referente ao domínio cognitivo dos mesmos, verificados a partir de exames de admissão²⁷, sendo componentes curriculares predominantes nestes exames os de Língua Portuguesa e de Matemática.

²⁷ O Exame de admissão, como prática escolar, foi realizado numa perspectiva de submissão obrigatória aos candidatos a uma vaga na primeira série do Ginásio Bandeirante, para os anos letivos de: 1968, 1969, 1970 e 1971. Embora o exame de Admissão tenha sido destituído pela LEI 5692/1971, a partir do ano de 1972 até meados dos anos 1980 esta instituição ainda utilizou-se de testes seletivos para o ingressante à 5ª série do 1º Grau.

3.5.2 Vivenciando o Ginásio e suas práticas escolares cotidianas

O Ginásio Bandeirante de Timon inicia suas atividades de modo intenso, proporcionando formação à juventude timonense e com padrões de exigências, não antes experimentados pelos alunos, como a racionalização cada vez maior do tempo escolar, onde para cada Disciplina apresentada na proposta curricular, é designada uma quantidade específica de hora aula. Esclarece-se que não tendo sido possível encontrar o horário escolar do G. B. de Timon apresento quadro quantitativo das aulas ministradas em parte do primeiro semestre de 1968, ano de inauguração:

Quadro 12: Quantidade de aulas e dias de trabalho do G. B. de Timon-MA, Maio a Jul. 1968

MATÉRIA	Maio	Junho	Julho	Total
Língua Portuguesa	68	63	63	194
Matemática	68	61	61	190
História	26	25	25	76
Geografia	27	25	25	77
Ciências	39	38	38	117
Educação Moral e Cívica	25	27	27	79
Técnica Agrícola	28	27	27	79
Educação Artística	14	12	12	38
Educação Física	27	25	25	79
Sahda Sekeff Budaruíche	30 dias	30 dias	30 dias	90 dias
Raimunda de C. Sousa				
Secretária	27	25	25	79

Fonte: Resumo de ponto, datilografado, 14 de Julho de 1968. Arquivo G. B. Timon- MA

As informações relativas ao trabalho docente no período acima citado reitera a posição hegemônica dada culturalmente às disciplinas de Língua Portuguesa e matemática, no que tange à carga horária ensinada, comparada às das disciplinas: Ciências; História, Geografia. O contexto em que essas práticas ocorrem, contribuem para a decisão de condensação dos estudos sociais, sendo predominante, na época, o ensino de História e Geografia numa perspectiva

tradicional/positivista, consistindo em atividades meramente de transmissão de conteúdos, com ênfase na política administrativa e na descrição do espaço físico.

Assim a juventude timonense passava a vivenciar na própria cidade a experiência de continuidade aos estudos. Na análise dos primeiros resultados obtidos pelos alunos do Ginásio Bandeirante, realizado a partir do livro de ata de resultados finais do ano letivo de (1968), obtêm os números e situação acadêmica:

Quadro 13: Alunos que cursaram a 1ª série Ginásial no ano de 1968

Série	Turma	Sexo		Total por turma	Resultado		
		Masculino	Feminino		Aprovado	Reprovado	Transferido
1ª	1ª	12	27	39	19	20	
1ª	2ª	15	23	39	22	16	01
1ª	3ª	14	25	39	27	12	-
Total geral	-	-	-	117	68	48	01

Fonte: Elaborado por Cristiano de Assis Silva a partir dos registros de Ata de resultados finais do ano de 1968.

Importante destacar que o resultado do primeiro ano letivo das turmas ingressantes em 1968 no Ginásio Bandeirante, mostra-se preocupante, requerendo dos pesquisadores especiais buscas de compreensão de como era concebido o processo avaliativo nesta instituição no ano de 1968.

Conforme “Relatório de atividades do Ginásio Bandeirante de Timon”, referente ao ano letivo de 1969, as aulas tiveram início no dia 03 de Março do mesmo ano, foram matriculados: 246 alunos (148 na 1ª série e 98 na 2ª série). Este total de alunos foi dividido em seis turmas: duas no turno Vespertino e duas no turno Noturno.

A descrição encontrada nesta fonte nos permite afirmar haver um cuidado especial do G. B. de Timon com a organização do tempo escolar.

A preocupação com a organização do tempo também é presente, quanto ao processo avaliativo do alunado. Demonstra o relatório que, o que fora desempenhado, já havia sido decidido inicialmente em reunião de Conselho de Professores, apresentando nesse quesito: Processo avaliativo, o que Gonçalves (2008) denomina de calma, práticas sem conflitos.

Nessa perspectiva o período de execução das provas escritas era de 20 a 25 de cada mês letivo, sendo que a devolução das provas e conceitos ocorria no dia 05 do mês subsequente.

Os componentes da estrutura curricular apresentada aos alunos do Ginásio Bandeirante eram fundamentados na noção de Ginásio Orientado para o Trabalho (G.O.Ts), constituído por disciplinas básicas; disciplinas optativas e de práticas educacionais.

Embora se registre limitações, a execução dessas práticas escolares permitiu a esta escola e seus sujeitos vivenciar experiências singulares no campo educacional ganhando visibilidade pelas práticas escolares realizadas, dentre estas, as referentes às Técnicas Agrícolas.

Criaram-se nas áreas não construídas da escola, espaços destinados às aprendizagens relativas às técnicas agrícolas, como: canteiros para a produção de hortaliças, além da produção de um pequeno pomar. As hortaliças produzidas eram utilizadas no complemento da merenda escolar, como é exposto em Relatório de atividades do ano de 1969.

Era uma preocupação da supervisão do Projeto Bandeirante, a efetivação de atividades práticas da disciplina de Técnicas Agrícolas, questão presente em ofício resposta nº 16, de 03 de Dezembro de 1969, do G. B. de Timon- MA ao Diretor de Departamento de Educação Média, Jalles Costa. Por aquele ofício a Diretora do Ginásio Bandeirante de Timon assegurava está havendo, na época, além das aulas teóricas, também as aulas práticas de jardinagem e preparação do solo para plantio de hortaliças.

Na mesma ocasião a diretora, que também era a Professora ministrante da Disciplina de Técnicas agrícolas, reitera solicitação de materiais didáticos para aulas, requisitados há quase quatro meses. Acredita-se haver comprometimento da disciplina, em virtude da ausência de material didático, como percebido textualmente na fonte.

Fotografia 23: Aulas práticas de Técnicas agrícolas G. B. Timon - 1970



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

A elaboração e execução das atividades relativas às técnicas agrícolas, característica do Projeto Bandeirante norteadas pela perspectiva de Ginásio orientado para o trabalho, dava-se de maneira muito precária com uso de materiais de fácil aquisição, por vezes adquiridos através de doações, graças à empatia da escola com a comunidade local.

3.5.3 Festas cívicas e uniformes: A construção do patrimônio cultural material e imaterial dos alunos Bandeirantes.

As festas cívicas foram elaboradas e executadas pela comunidade escolar do Ginásio Bandeirante de Timon, com todos os esforços exigidos. Vê-se que havia uma minuciosa preparação, do roteiro do desfile cívico e relatório de atividades planejadas e executadas pelo Ginásio. Dentre estas se destaca a semana da Comunidade, consistindo em situação didática que mobilizava todos os professores e alunos em pesquisa sobre as potencialidades locais, com culminância dos trabalhos ilustrados em exposição de produtos do meio.

Quanto ao uniforme escolar do Ginásio Bandeirante de Timon era constituído de saia (alunas) de tamanho até a altura do joelho cor vinho/Grená; Calça (alunos) cor vinho/grená e blusa bege (ambos os sexos) tênis preto e meias brancas. Itens confirmados a partir das fotografias de alunos do Ginásio Bandeirante, em atividades escolares.

Tornou-se uma prática frequente neste ginásio, a ação de encarregar-se de encomendar a confecção de bolso, o que os alunos chamavam de “emblema da escola”. Material até hoje guardado com muito apreço pela primeira diretora do Ginásio Bandeirante. Como ilustramos na fotografia 24.

Fotografia 24: Bolso do uniforme escolar do Ginásio Bandeirante de Timon-Ma



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

O bolso da blusa, parte do fardamento escolar adotado no Ginásio Bandeirante de Timon, consistia numa criação no tecido bege, que era a cor da blusa, em forma circular, nas cores verde e grená. Três elementos eram estampados: duas folhas de palmeiras, as iniciais GBT - Ginásio Bandeirante de Timon e o ano de fundação da escola 1968.

Fotografia 25: Desfile cívico de 7 de Setembro – Pelotão Feminino – G. B. Timon- MA – 1971



Fonte: Acervo da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

Além do fardamento do dia-a-dia escolar, percebe-se, que durante os desfiles cívicos ainda um grupo de alunas, escolhidas para formar o pelotão de frente com fardamento de gala, específico para ocasiões festivas, como pode ser visto na fotografia N° 26.

Fotografia 26: Alunas do G.B. Timon, em Desfile Cívico 7 de setembro – Uniforme de gala – 1971



Fonte: Acervo da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

Era durante os desfiles cívicos que o Ginásio Bandeirante de Timon tornava-se visualizado por seus habitantes e por quem por Timon estivesse de passagem, pela organização e execução dos desfiles. A escola esforçava-se para dá uma lição de patriotismo, construção da memória cívica através das festas escolares, como verificamos no vasto acervo de fontes iconográficas, que trata e retrata o cotidiano da escola e do município, que se encontra sob a guarda da primeira diretora do ginásio. Para Melo (2010, p.229).

A justificativa das festas do festejar anualmente, as comemorações oficiais, cumprindo um calendário que às vezes é maleável, às vezes não, estabelece uma permanente ligação entre o passado e o presente e vice-versa, apresentando por sua vez seu lado didático, com a missão de passar as lições, aulas de história-pátria que se aprende na escola e na rua-palco, tanto os que estão na escola como os que não estão, todos aprendem.

Na ocasião dos desfiles cívicos, os sujeitos envolvidos nesta prática educativa, vivenciavam aprendizagens de respeito e admiração aos vultos da política, local e nacional, como ilustramos na fotografia N° 27.

Fotografia 27: Desfile Cívico de 7 de Setembro - 1971



Fonte: Acervo da Professora Raimunda de Carvalho Sousa

A partir do cruzamento das fontes iconográficas e das fontes documentais do Ginásio Bandeirante de Timon, foi possível compreender as representações construídas acerca das festividades escolares e, sobretudo do desfile de sete de Setembro, em razão de ter-se localizado no arquivo do Ginásio Bandeirante, a quantidade de Três roteiros de Desfiles Cívicos dos anos de 1969, 1971, 1972. Estes explicitam informações quanto às escolhas das temáticas; número de sujeitos envolvidos; pelotões, símbolos e dinâmica de desenvolvimento do desfile.

A perspectiva moderna do Ginásio Bandeirante pode também ser ilustrada a partir das maneiras de condução do aluno à apropriação do saber sistematizado, como por exemplo, nas práticas leitoras. Durante a pesquisa no arquivo do Ginásio Bandeirante de Timon, localizamos o ofício Nº 17/1969, por este a Direção do Ginásio Bandeirante respondia questionamentos feitos pela Inspetoria Seccional de São Luís, quanto ao uso da Biblioteca da escola.

A partir dessa análise, conclui-se que a Biblioteca do Ginásio Bandeirante, mostrava-se com suas especificidades, dentre as quais se destaca a forma de obtenção e organização do acervo bibliográfico, pois essa biblioteca foi adquirida pelo programa federal BIBLIOTECA COLTED, programa organizado pela Comissão do Livro Técnico e Didático.

O Ginásio Bandeirante desempenhou um trabalho com a especificidade de ser a mais nova e moderna escola da cidade de Timon. E ainda tornou-se a escola onde o Timonense, em sua própria cidade, deu continuidade aos estudos em nível secundário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de compreensão acerca da constituição da rede escolar no município de Timon tornou-se um fazer por demais desafiador e necessário, dada a ausência de estudos realizados, no que tange ao desvelamento das maneiras de pensar o sistema educacional num município do interior do estado do Maranhão. Assim, motivado para a realização do mesmo, tivemos o propósito de contribuir para a historiografia piauiense e maranhense, em face do entrelaçamento entre estes dois estados brasileiros.

Nessa perspectiva iniciou-se uma busca dos documentos relacionados à temática, tornando-se constantes as visitas às Bibliotecas: Odilo Costa Filho, em Timon- MA; Biblioteca Benedito Leite na cidade de São Luís e aos arquivos públicos nos estados do Maranhão e no estado do Piauí. Aos poucos ocorreu uma apropriação dos acervos existentes nestes lugares de memórias configurando-se desafiado a construir narrativas acerca da Constituição da rede Escolar de Timon dos anos 1942 a 1971.

Os estudos nos permitiu perceber que o processo de modernização da educação formal, configurado na rede escolar do município de Timon, inicia-se ainda na década de trinta do século XX, tendo vinculação direta com o movimento de democratização do ensino no Brasil e urbanização, possuindo peculiaridades explicadas a partir dos modos de ser, pensar e o fazer local.

A educação formal como signo de modernidade, instância mediadora dos sujeitos e os novos tempos foram requisitados, desde o período da pequena “Vila de Flores”, sendo modernamente executado a partir do ano de 1942 com a criação do primeiro Grupo Escolar a funcionar na cidade, trata-se do Grupo Escolar Urbano Santos. Embora implantado tardiamente se comparado ao restante do estado do Maranhão, percebeu-se o Grupo Escolar como um estabelecimento de ensino racionalmente elaborado para a produção do saber formal, em que cada espaço criado nestes estabelecimentos possui significados/intencionalidades.

Foi possível evidenciar as tramas políticas que foram paulatinamente se desenvolvendo em torno da criação e funcionamento do primeiro Grupo Escolar. Visto que se tratava de um signo modernizante vinculado ao poder local, nesta esfera os coronéis tornaram-se notórios atores sociais, velhas práticas gestoras contrastavam-se com os novos métodos de ensino propostos na rede escolar.

Esse momento do processo de estruturação da rede escolar Timonense coincide com o contexto histórico e político, que dentre os diversos elementos e discursos adotados, faz uso das práticas escolares para a consolidação da memória nacional. No campo educacional as décadas de 1930 e 1940, foram de intensas transformações e maiores ações do Estado, o que garantia ao Estado maior controle e regulamentação nesta área.

Constata-se que a marca da moderna organização escolar, data de 1942, quando o sistema educacional é remodelado, possuindo um corpo docente constituído pela quantidade mínima exigida para o funcionamento do Grupo Escolar, cinco professoras normalistas na zona urbana, enquanto que na zona rural o total de professores leigos era de seis. Destaca-se o fato de nessa ocasião o rendimento por estabelecimento de ensino apontar para o Grupo Escolar Urbano Santos com o conceito de “Alto rendimento”, o que pode ser atribuído ao conjunto de fatores, explicados pela formação docente e utilização de modernos métodos de ensino.

Na constituição da rede escolar de Timon- MA, no recorte temporal em estudo, evidencia-se a participação da Igreja católica através da mutuária Caixa do Pobre e Associação Rural de Timon, da Câmara municipal de Vereadores, da imprensa local, sobretudo os jornais: O Trabalho; Gazeta de Flores; Correio de Timon. Estes indicam a necessidade de discutir a educação, financiamento de escolas urbanas e rurais deste município.

O início da década de 1960 traz consigo uma especificidade na rede escolar em estudo trata-se das práticas educativas desenvolvidas no Jardim de Infância Santa Filomena, nas dependências do segundo Grupo Escolar fundado na cidade de Timon, o “Grupo Escolar Padre Delfino”, vivenciando a atenção à criança em idade escolar, numa perspectiva de Jardim de Infância.

A inexistência de escolas secundárias de primeiro ciclo, Ginásio, faz-se um desafio a sucessivas administrações públicas. O que é sanado somente no ano de 1968, quando o município é contemplado com uma escola ginásial pública, advinda de um projeto de expansão do ginásio no estado do Maranhão, denominado, Ginásio Bandeirante.

Os resultados obtidos através dos documentos consultados permitiram-nos perceber a fragilidade e improvisação da proposta do projeto Bandeirante, refletidas na ausência de recursos financeiros para a manutenção do mesmo.

Com base na análise dos roteiros e relatórios de atividades desenvolvidas no Ginásio Bandeirante de Timon, conclui-se que esse espaço educativo é eivado pela disciplina, constante construção da memória cívica, exercida, sobretudo na elaboração e execução dos desfiles cívicos, execução do hino nacional, dentre outras atividades.

Percorrer um caminho na perspectiva de contribuição à Historiografia da Educação e História Local é na atualidade desafiadora, em face do estado de conservação e da ausência de instituições que salvaguardem as fontes documentais.

Sendo um vasto e rico campo de pesquisa, conclamamos os pesquisadores a complementar as questões que este trabalho suscitar.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro Teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL, Anuário Estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v.21, 1959.

BRASIL, Anuário Estatístico do Brasil. 1954. Rio de Janeiro: IBGE, v.15, 1954.

BRASIL, Anuário Estatístico do Brasil. 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v.22, 1960.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.244, de 09 de Abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal>. Acesso em 20 de Junho de 2014.

_____. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>. Acesso em Julho de 2014.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UEP, 1999.

CARDOSO, Mysshelen Ribeiro. COSTA, Odaléia Alves. História e memória do Jardim de Infância Santa Filomena em Timon- Ma.In: VI Encontro Maranhense de História da Educação.São Luís –MA: 2014.

CASTRO, Cesar Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Antonio Luis de Macedo. **Zezé Serra: vida e legado de uma guerreira**. Belo Horizonte, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL,

Diana Gonçalves (org.) **Grupos escolares: Cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971)** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república.** Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: Elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (org.) **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-35.

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O estado Novo e a Educação no Maranhão (1937-1945).** São Paulo, Loyola: 1984.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** 2.ed. DP&A: 1998, 152p.

GATTI JÚNIOR, Saberes e livros didáticos de História: Questões teórico-Metodológicas e Fontes (1970-1990). Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/...

GONÇALVES, Irlen Antônio Golçalves. Maneiras diferenciadas de produção da escola primária: Estratégias e táticas na constituição da cultura escolar em Minas Gerais. In: VAGO, Tarcísio Mauro Vago; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson (org.) **Histórias de práticas educativas.** Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.193-235.

HOBBSAWM, Eric. J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, Autores Associados, n.1, p.9-43, jan./jun., 2001.

KREUTZ, Arno. **O Projeto “João de Barro” e o poder político no Maranhão.** São Luís, UFMA, 1983.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação.** Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja: Grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930).** Fortaleza. 2001. 300f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2001.

_____. Das escolas reunidas ao grupo escolar como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupos escolares: Cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

LULA, Venâncio. **Vila de Flores.** SIOGE-MA: São Luís; Brasília, 1991. 38p.

MARANHÃO, Relatório do Interventor do Maranhão, 1942.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa; SILVA, Cristiano de Assis. Ser e tornar-se professora: A experiência de Raimunda de Carvalho Sousa (Dona Mundoca): O florescer da educação. In: III Encontro Maranhense de História da Educação. São Luís: 2011.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: espetáculos de civilização no Piauí (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010. 330p.

MOTTA, Diomar das Graças. **A História da Educação na Historiografia Maranhense**. In: FARIA, Regina Helena Martins; COELHO, Elisabeth Maria Beserra (org.) **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, séc. XIX-XXI. EDUFMA: São Luís, 2011.

_____. Diomar das Graças, MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional(1952- 1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de. BRZEZINSKI, Iria(org). Anísio Teixeira na direção do INEP. programa para a reconstrução da Nação brasileira(1952-1964). Brasília: INEP , Anísio Teixeira, 2006 p.227-249.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa. **Desbravando inteligências para o desenvolvimento: O projeto Bandeirante e a expansão do Ensino Secundário no Maranhão (1968-1973)**. Dissertação (Mestrado em educação) Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Piauí, Teresina: Piauí, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n.10, p.1-78, dez., 1993.

NOVOS TEMPOS E NOVA POLÍTICA. Diário Oficial do Maranhão, Ano XXXIII, Nº3, 04 de Jan.1938.p.01.

O MAIOR PROBLEMA A SER RESOLVIDO É O DA INSTRUÇÃO. Gazeta de Flores, ano III, Nº 63 de 24 de Abril de 1934.

PARENTES, Maria de Fátima Silva. **Biografia da professora Hilda Parentes**. Timon: 2013 (documento digitado. Arquivo da Câmara de vereadores Timon-Ma).

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP. Autores associados, 2002.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras - Piauí: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX**. Teresina, EDFUPI, 2009.

SANTOS, Raimundo N. Lima. **Timon, Uma flor de Cajazeira: Do povoamento à vila**. Grafeti: Timon, 2007. 168p.

SILVA, Diana Rocha. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

SOUSA, Joana Batista. O poder dos trilhos: a trajetória do trem em Caxias no final do século XIX até a década de 1920. In: Mello, Salânia; Jordania Pessoa (org.) **Percorrendo becos e travessas**: feitos e olhares das histórias de Caxias. Teresina: Edufpi, 2010. p.215-235.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon sua história, sua gente**. Halley: Teresina, 2005

SOUSA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo, UNESP, 1998.

_____, Rosa Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a Cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius (org.) **Ideário e imagens da Educação escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2000, p.03-27

TIMON, Projeto de Lei nº 71, dispõe sobre construções e reconstruções. 1951. Datilografado.

TIMON, Projeto de Lei nº 78, dispõe sobre construções na Avenida Getúlio Vargas. 1951. Datilografado.

TIMON, Projeto de Lei nº 85, dispõe sobre autorização de duas escolas municipais em localidades rurais. 1951. Manuscrito.

TIMON, Projeto de Lei nº 89, dispõe sobre a criação de escola municipal na localidade Alto Alegre. 1951. Datilografado.

WARDE, Mirian Jorge. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. O contexto histórico da inovação educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter E. (coord.) **Inovação Educacional no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1995. p.211-222.

APÊNDICES